

IVAN LÚCIO NOBREGA DA COSTA

**ESTUDO DA RESPONSABILIDADE SOCIAL NO CAMPO DA EDUCAÇÃO
NO ESTADO DE SÃO PAULO DURANTE MEIA DÉCADA - 1998 A 2003**

**Monografia apresentada como
requisito parcial à conclusão do curso
de Ciências Econômicas, Setor de
Ciências Sociais Aplicadas,
Universidade Federal do Paraná.**

**Orientadora: Profª Fabiane Zoraia
Tribess**

CURITIBA

2004

TERMO DE APROVAÇÃO

IVAN LÚCIO NOBREGA DA COSTA

**ESTUDO DA RESPONSABILIDADE SOCIAL NO CAMPO DA EDUCAÇÃO
NO ESTADO DE SÃO PAULO DURANTE MEIA DÉCADA - 1998 A 2003**

Monografia aprovada como requisito parcial para conclusão do curso de Ciências Econômicas, Setor de Ciências Sociais Aplicadas da Universidade Federal do Paraná, pela seguinte banca examinadora:

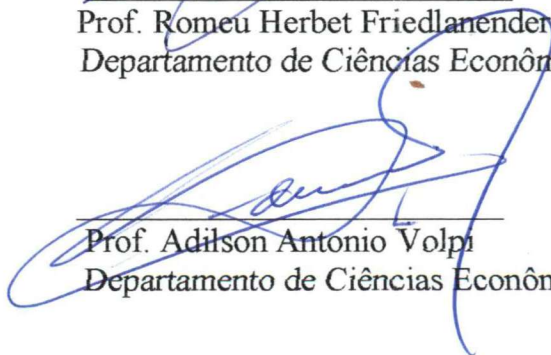
Orientadora:



Profª Fabiane Zoraia Tribess
Departamento de Ciências Econômicas



Prof. Romeu Herbet Friedlander Junior
Departamento de Ciências Econômicas



Prof. Adilson Antonio Volpi
Departamento de Ciências Econômicas

CURITIBA, 02 DEZEMBRO DE 2004

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus por me conduzir na vida, aos meus familiares em Iguape-SP pelo apoio e confiança, à minha orientadora pela paciência e dedicação, e aos professores pelo conhecimento passado ao longo do curso.

EPIGRAFE

“As empresas públicas ou privadas, queiram ou não, são agentes sociais no processo de desenvolvimento”.

HERBERT DE SOUZA. (BETINHO)

SUMÁRIO

LISTA DE GRÁFICOS	IV
LISTA DE TABELAS	V
LISTA DE SIGLAS	VI
RESUMO	VII
INTRODUÇÃO	1
1 REFERENCIAL HISTÓRICO	3
1.1 O ESTADO E SUA INTERVENÇÃO	3
1.2 FATORES DE CRESCIMENTO E DESENVOLVIMENTO.....	5
1.2.1 A Configuração Brasileira	8
2 EDUCAÇÃO E DESENVOLVIMENTO REGIONAL	12
2.2 O PAPEL DO CONHECIMENTO PARA A INCLUSÃO SOCIAL	18
2.2.1 Limitações do Poder Público.....	21
2.3 O ESTADO DE SÃO PAULO EM DESTAQUE NA REGIÃO SUDESTE	27
3 EMPRESAS SOCIALMENTE RESPONSÁVEIS EM EDUCAÇÃO	33
3.1 EXEMPLOS DE EMPRESAS SOCIALMENTE RESPONSÁVEIS NO CAMPO EDUCACIONAL NO ESTADO DE SÃO PAULO.	33
3.1.1 O papel das micro e pequenas empresas	37
3.1.2 As Organizações não Governamentais.....	40
3.2 BENEFÍCIOS GERADOS À EMPRESA E A SOCIEDADE.....	44
4 CONCLUSÃO	48
5 BIBLIOGRAFIA	50
ANEXOS	52

LISTA DE GRÁFICOS

- GRÁFICO 1: BENEFICIÁRIOS ATENDIDOS PELOS PROGRAMAS SOCIAIS
(2001 E 2002)-----16
- GRÁFICO 2: QUANTIDADE DE CURSOS OFERECIDOS PELO PROGRAMA
CAPACITAÇÃO OCUPACIONAL(2001 E 2002) -----17
- GRÁFICO 3: SÃO PAULO: DISTRIBUIÇÃO DOS BENEFÍCIOS SEGUNDO
EXPERIÊNCIA DE TRABALHO E CURSOS DE QUALIFICAÇÃO
EM JULHO DE 2002 (%)-----26
- GRÁFICO 4: DISTRIBUIÇÃO DAS EMPRESAS NO SUDESTE-----27
- GRÁFICO 5: QUAIS AS AÇÕES DESENVOLVIDAS PELAS EMPRESAS
EXCLUSIVAMENTE PARA A COMUNIDADE?-----29

LISTA DE TABELAS

TABELA 1 - COMPLEMENTAÇÃO EFETUADA PELA UNIÃO X COMPLEMENTAÇÃO PREVISTA EM LEI-----	23
TABELA 2 - CRITÉRIOS DE MANIFESTAÇÃO DA NOVA E DA VELHA EXCLUSÃO SOCIAL-----	25

LISTA DE SIGLAS

- ABONG - (Associação Brasileira de ONGs)
- APM - (Associação de Pais e Mestres)
- CEPAL - (Comissão Econômica para a América Latina e Caribe)
- CENPEC - (Centro de Estudos e Pesquisas em Educação, Cultura e Ação Comunitária)
- FIA - (Fundação Instituto de Administração)
- FUNDEB - (Fundo de Desenvolvimento da Educação Básica)
- FUNDEF - (Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério)
- IBASE - (Instituto Brasileiro de Qualidade e Produtividade)
- IBGE - (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística)
- ICMS - (Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços)
- IDIS - (Instituto para o Desenvolvimento do Investimento Social)
- INEP - (Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos)
- IPEA - (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada)
- IRES - (Instituto ADVB de Responsabilidade Social)
- ISS - (Imposto sobre Serviços)
- MEC - (Ministério da Educação)
- ONG - (Organização Não Governamental)
- PIB - (Produto Interno Bruto)
- PNQ - (Prêmio Nacional de Qualidade)
- PPA - (Plano Plurianual)
- SEBRAE - (Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas)
- UNESCO - (Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura).

RESUMO

Em meio a uma sociedade marcada por severas desigualdades sócio-econômicas, é observado nos últimos anos o crescimento da conscientização da responsabilidade social e da promoção solidária por empresas privadas, Organizações Não Governamentais – ONGs -, e agentes solidários, em vista das grandes dificuldades encontradas pelo setor público em combater tais mazelas sociais. Na região sudeste, o Estado de São Paulo é o que detém a maioria das empresas que realizam atividades sociais, entre as quais práticas voltadas à educação, que se apresentam como importante instrumento de redução das desigualdades e exclusões sociais, pois permite gerar oportunidades de melhores condições de vida a sociedade carente. Desta forma, o progresso e o bem-estar da sociedade dependem da participação de todos os setores, estabelecendo-se parcerias que permitam dar complementaridade à atuação do Estado na busca de uma justa equidade social.

INTRODUÇÃO

Ao longo do tempo a sociedade brasileira vem sofrendo com as crescentes desigualdades sociais, principalmente em razão de crises econômicas internas e externas, corrupções e falhas na administração pública. Sabe-se que o papel do Estado é limitado pela escassez de recursos públicos, que são constantemente absorvidos para pagamentos de dívidas previamente acumuladas. Neste sentido a população mais dependente acaba sendo “privada” de investimentos na área social e também de uma maior e melhor oferta de serviços sociais básicos e essenciais como a educação, a saúde e o saneamento.

└ Neste trabalho busca-se mostrar a importância das ações sociais de empresas que se conscientizaram, de seus papéis na mudança de um quadro social precário e deficitário através de investimentos na área do conhecimento e da formação de capital humano. Porque um dos instrumentos fundamentais para a reversão do contexto apresentado é a melhoria ao acesso à educação, em razão da sua capacidade de oferecer instrumentos e maiores possibilidades de geração de renda.

└ Este estudo é composto de três capítulos que buscam expor a realidade dos problemas sociais, e também os programas que podem ser adotados por empresas socialmente responsáveis na área da educação e conhecimento.

O primeiro capítulo procura mostrar que a política do Estado do bem-estar - “*Welfare State*” - baseada na concepção de um Estado protetor dos fracos e promotor de uma justiça distributiva com a igualdade de oportunidade a todos, esbarra no sério problema presente nos países em desenvolvimento, a falta de recursos financeiros.

Apresenta-se também, o papel das empresas socialmente responsáveis e como elas podem auxiliar o Estado na adoção de práticas voltadas à educação, seja através de iniciativas próprias, ou por meio de parcerias com ONGs - Organizações Não Governamentais.

O segundo capítulo evidencia a importância da educação no combate às desigualdades sociais, especialmente no Estado de São Paulo. Destaca-se também que o conhecimento gerado a partir de um ensino de qualidade é capaz de promover a inclusão social capacitando cidadãos carentes a buscar melhores condições de vida.

O capítulo destacará o Estado de São Paulo na região sudeste, analisando-se dados que evidenciam a realidade das empresas socialmente responsáveis na região, e examinando-as ao mesmo tempo com os demais Estados da região.

O terceiro e último capítulo destacará que não somente as grandes organizações podem implantar políticas sociais, mas também as micro e pequenas empresas. O capítulo expõe também que tais ações sociais são capazes de gerar benefícios a todas as partes envolvidas, ou seja, os benefícios gerados atingem o setor público e privado, sendo a sociedade como um todo, agraciada com a redução de seus desníveis sociais.

1 REFERENCIAL HISTÓRICO

Este capítulo apresentará o processo evolutivo dos modos de intervenção do Estado na economia, iniciando pelo pensamento liberal clássico, do século XVIII e XIX, de abstenção do Estado no sistema econômico até o início do século XX, onde a grande crise de 1929 chama a atenção das nações para a intervenção parcial do Estado.

A seguir faz-se a distinção entre crescimento e desenvolvimento econômico, destacando-se as dificuldades encontradas por nações em desenvolvimento, como o Brasil, em atingir o desenvolvimento sustentável.

Destaca-se também a importância da participação da iniciativa privada e de organizações do terceiro setor em ações voltadas à melhoria educacional da sociedade.

1.1 O ESTADO E SUA INTERVENÇÃO

Nos séculos XVIII e XIX era predominante o pensamento liberal clássico de abstenção do Estado no comando do sistema econômico, sendo a economia coordenada pelas forças de um mercado livre, onde a produção seria capaz de criar seu próprio mercado.

Até então, os economistas neoclássicos desenvolveram argumentações em defesa da política do “*laissez-faire, laissez-passer*” - deixar fazer, deixar passar - que constituía a palavra de ordem do liberalismo econômico principalmente na Inglaterra que passava por uma expansão industrial e necessitava de novos mercados para seus produtos. Com o desenvolvimento da produção capitalista, o *laissez-faire* evoluiu para um liberalismo que se opunha a toda intervenção do Estado na economia.

No início do século XX, a crescente necessidade de crescimento e desenvolvimento econômico estimulou a revisão do sistema liberal, objetivando-se uma gestão de política e programação econômica segundo modelos de intervenção parcial do Estado. Este modo de intervenção foi motivado a fim de que se fossem corrigidos os desajustamentos internos, que houvesse a suplementação da iniciativa

privada, e a coordenação de políticas que pretendam atingir os objetivos fins de política econômica, a tríade: crescimento, estabilidade, e repartição.

Em paralelo as idéias de crescimento econômico começam a ser discutidas as bases de uma economia do bem-estar social. PIGOU¹ na Inglaterra e MITHELL nos Estados Unidos, representantes típicos da época, ocuparam-se em analisar essencialmente os ciclos econômicos e a promoção do bem-estar social.

O Estado é apresentado como protetor dos fracos e deve promover os direitos sociais em nome de uma justiça distributiva com igualdade de oportunidades para todos. O Estado do bem-estar ou “*Welfare State*” baseia-se na livre empresa, porém com grande participação do Estado na promoção de benefícios sociais, ou seja, garantindo padrões de vida mínimos e dignos aos cidadãos.

Não se considera uma estatização da economia, pois compete às empresas privadas serem responsáveis pela realização da produção, e ao Estado a aplicação de políticas que possibilitem o estabelecimento de programas básicos como a educação, saúde, previdência social, transporte e outros mais que alicercem o bom funcionamento da economia.

Os debates de PIGOU revelaram a ineficiência da teoria neoclássica em explicar os problemas de atividade econômica. Criticando a idéia de que uma eficiente alocação de recursos através da livre concorrência, PIGOU acreditava na substituição da ação industrial privada pelo Estado na esfera econômica, em razão do aparecimento da concorrência imperfeita².

A crise de 1929, originada na Bolsa de Valores de Nova York nos EUA e propagada pelo mundo acabou distanciando da realidade a imagem de um sistema econômico criado pelos teóricos clássicos e neoclássicos de que a ocorrência de distorções seria solucionada pelo próprio sistema econômico.

¹ Artur C. PIGOU (1877-1959) Economia do bem-estar - *Economics of Welfare* – Década de 1920.

² Situação de mercado entre a concorrência perfeita e o monopólio absoluto. Caracteriza-se, sobretudo pela possibilidade de os vendedores influenciarem a demanda e os preços por vários meios (diferenciação, publicidade, *Dumping*, etc).

No período entre duas grandes Guerras Mundiais (1914-1918 e 1939-1945) KEYNES³ rompe com a tradição neoclássica, apresentando um programa de ação do Estado para a promoção do pleno emprego, pois até então tais teorias não traziam um diagnóstico teórico sobre um desemprego em massa, concentração de renda e da propriedade.

Coube a KEYNES redefinir os pressupostos da economia clássica, considerando a intervenção do Estado na economia como a evolução racional e natural do desenvolvimento capitalista. Ao analisar as variações na produção e no emprego, concluiu que a procura por mão-de-obra era o fator responsável pelo volume de emprego, logo o desemprego era resultado da demanda insuficiente de bens e serviços, e a solução seria alcançada pelo estímulo aos investimentos.

Desta forma, a grande depressão ocorrida no início dos anos 30 fez com que teóricos e formuladores de política econômica voltassem maior atenção aos fatores que determinam o equilíbrio macroeconômico e o pleno emprego.

1.2 FATORES DE CRESCIMENTO E DESENVOLVIMENTO

O crescimento econômico se apresenta como o aumento quantitativo de um processo econômico, ou a quantidade de renda acrescida na economia num determinado período de tempo. Segundo ROSSETTI (1987) “O crescimento sempre foi e ainda é entendido como a elevação persistente do produto nacional real ao longo do tempo”. (ROSSETTI, 1987, p.162)

Porém, para que o crescimento ocorra seria preciso a melhoria de fatores como: eficiência do aparelho produtivo; disponibilidade de condições geofísicas; acumulação de capital; incorporação de mão-de-obra e padrões tecnológicos. São

³ John Maynard Keynes (1883-1946), foi o pioneiro da Macroeconomia e seus estudos sobre o emprego e o ciclo econômico conduziram a um novo relacionamento de intervenção do Estado no conjunto das atividades econômicas de um país.

fatores que proporcionam aos países a possibilidade de obterem um crescimento econômico de forma contínua ao longo dos anos.

Os formuladores da política e da programação econômica acabam relacionando a promoção do crescimento econômico à expansão do nível de emprego, ao aumento da renda *per capita* e à conseqüente melhoria do bem-estar da população.

Contraopondo-se a obsessão pelo crescimento econômico, autores como FEI-RANIS⁴ e BALDWIN⁵, nas décadas de 60 e 70, alertavam sobre a necessidade de diferenciar crescimento de desenvolvimento. Segundo eles, o desenvolvimento se diferencia de crescimento por ser um processo dinâmico pelo qual ao longo do tempo se modificam aspectos essenciais da estrutura econômica e social.

Segundo BENEVIDES (1963) “o desenvolvimento apresenta-se como um processo dinâmico de crescimento harmonioso, estrutural, diferindo do simples crescimento, que é a variação unidimensional de uma série qualquer ou de diversas séries”.

Deste modo a definição do desenvolvimento não envolve apenas o fator econômico, mas fatores sociais, políticos e culturais, que ao serem somados oferecem condições ao desenvolvimento social de uma nação.

Nas economias em desenvolvimento, os objetivos de crescimento acabam associados à determinada política de desenvolvimento, pois além das alterações qualitativas, é de fundamental importância o crescimento produtivo interno.

A realidade social que impera nos países emergentes como o Brasil evidencia as limitações do poder público em resolver as mazelas sociais que atingem principalmente os indivíduos mais carentes.

⁴ J. C. FEI e G. RANIS, “A Theory of Economic Development”, American Economic Review, vol.51, março de 1961.

⁵ Robert E. Baldwin, Economic Development and Growth (New York, John Wiley & Sons, 1972).

Para FALEIROS⁶, o Estado de bem-estar social não ocorre na América Latina em razão da existência nos últimos anos dos chamados: Estado mobilizador, Estado militar-tecnocrático e o Estado liberal paternalista.

O Estado chamado mobilizador busca formas de legitimação com projetos reformistas e de mobilização de certos grupos (Agrários, Estudantis, Trabalhadores) em função de seus projetos.

O Estado militar tecnocrático não aceita mobilizações e fecha-se à negociações, destruindo as organizações populares e impedindo a representação de baixo para cima. Esta forma de Estado justifica suas políticas com base nos modelos técnicos, impulsionando a economia, concentrando renda, manipulando índices e modernizando o atendimento a certos setores sociais. Assim os grupos populares são limitados ao fazer pressão junto às autoridades, ficando restrito devido à aliança do Estado com os interesses da burguesia.

Já no Estado liberal paternalista, suas políticas sociais só funcionam sob pressão popular, que são capazes de alterar ou reestruturar certas formas de política social.

Nota-se desta maneira que as nações menos desenvolvidas precisam não somente estimular políticas internas de crescimento econômico, mas também reformas que removam privações e focalizem o aumento do bem-estar social.

⁶ FALEIROS, Vicente de Paula. Apolítica social do Estado Capitalista: as funções da previdência e assistências sociais; 7ª ed.; São Paulo: Cortez, 1995.

1.2.1 A Configuração Brasileira

A década de 1980 no Brasil foi chamada de “a década perdida”, em razão das tentativas de ajustamentos ortodoxos e heterodoxos que resultaram na redução e instabilidade das taxas de crescimento.

O início dos anos 90 foi marcado pelos processos de abertura comercial e financeira, trazendo à realidade o processo de privatizações e da reestruturação produtiva, principalmente pela entrada de produtos estrangeiros mais competitivos no cenário nacional, que estimulou o país a se adequar frente a um novo cenário mundial.

“A inserção internacional gera novas demandas de inovação institucional no nível da organização da empresas, das relações trabalhistas, dos vínculos entre os setores público e privado, da descentralização regional, da conservação do meio ambiente e da estratégia educacional. Deve-se fazer frente às mudanças que ocorrem, de forma vertiginosa, nas empresas, setores e nações que encaram os desafios da competição internacional”. (PINHEIRO ⁷.1995 p.29).

Porém, a ausência de investimentos em infra-estrutura favoreceu aparecimento de pontos de estrangulamento⁸ na economia brasileira, impedindo-a de crescer de forma sustentada. Além disso, seria preciso oferecer maior confiança aos investidores privados, por meio da redução das taxas de juros e de inflação, permitindo que o setor privado efetue planejamentos de crescimento em longo prazo.

As privatizações ocorridas na década de 1990 evidenciaram a descentralização do Estado, que passou a operar de forma mais parcial na economia. Foram privatizadas instituições bancárias, companhias do setor elétrico e de telecomunicações, além de concessionárias e outros órgãos do governo. “As futuras privatizações devem trazer inicialmente o estabelecimento das instituições reguladoras necessárias e garantir que os monopólios do setor público não detenham o excessivo

⁷ Líliliana Simões Pinheiro (Org.) CEPAL/UNESCO. – *Educação e conhecimento: eixo da transformação produtiva com equidade*. – Brasília: IPEA/CEPAL/INEP, 1995.

⁸ “Qualquer obstáculo que diminua, freie ou mesmo impeça o crescimento, até os níveis desejados, do fluxo de produção”

poder sobre o mercado ou uma influência política indevida após a privatização”.(KUMAR⁹, 2002, p.38).

Percebe-se desta maneira que o setor público precisa assegurar um ambiente regulador adequado às empresas privatizadas, coibindo e penalizando eventuais abusos de poder. Priorizando desta forma o maior bem-estar dos usuários de tais serviços, que até então estavam sob controle Estatal.

POCHMANN¹⁰ (2002) acredita que o papel do Estado vem mudando desde o final da Guerra Fria (1989), passando a ganhar destaque o chamado Estado mínimo baseado no projeto Neoliberal de Estado regulador de mercados e fiscalizador da conduta dos agentes econômicos, ou seja, existe a concepção de uma reinvenção do Estado, que teria a função de formular e de avaliar políticas públicas e não de sua implementação. Deste modo o papel de executar tais políticas deveria ser passada as Organizações Não Governamentais – ONGs - e empresas.

“Dentro da perspectiva de redução dos recursos do Estado e de demandas sociais crescentes ou de grandes necessidades sociais básicas insatisfeitas, a saída proposta foi o aumento da eficiência do Estado, com a sua retirada de atividades que poderiam ser desenvolvidas pelo setor privado ou por organizações sociais, buscando reduzir a necessidade de investimentos públicos”.“(...) O agravamento dos problemas e as crises recentes em diversos setores em que a atuação do Estado nos níveis federal, estadual ou municipal foi reduzida - como a crise de energia, a escassez de água, a redução de investimentos nos setores de educação, saúde e segurança – têm revelado toda a fragilidade e a temeridade do que foi tentado pelos reformistas neoliberais e social-liberais e de demais matrizes”.(POCHMANN, 2002, p. 53).

É evidente que as fragilidades e crises que o Estado está sujeito não servem de pretexto para se colocar nas mãos do setor privado a responsabilidade de implantar programas que são e devem ser de domínio público. É importante que o setor privado e ONGs auxiliem o poder público em parte dos projetos sociais, pois ainda cabe ao Estado se adequar às novas realidades e buscar soluções mais criativas para o combate as desigualdades.

⁹ Texto do Banco Mundial: *Para um Brasil mais justo, sustentável e competitivo. Visão geral das políticas públicas*. Extraído do site: www.worldbank.org.br.

¹⁰ Prof. da UNICAMP e secretário de trabalho da prefeitura de São Paulo (2004), um dos grandes especialistas em mercado de trabalho no Brasil.

1.3 FORMAÇÃO E DESTAQUE DE AGENTES

A educação é um dos pilares fundamentais do desenvolvimento humano e da sociedade, ela é capaz de trazer à realidade novas formas de tecnologia, modernidade e de crescimento econômico. As dificuldades de oferecer uma educação de qualidade são maiores nas nações mais atrasadas ou nas que estão em processo de desenvolvimento econômico e social, onde a escassez de recursos limita investimentos maciços e constantes neste campo.

Deste modo as ações de empresas privadas e ONGs se tornam importantes no auxílio das políticas públicas, que muitas vezes são interrompidas ou pouco eficazes em garantir um sistema educacional adequado. Contudo, apesar destas ações serem benéficas, elas não são suficientes para erradicar as mazelas educacionais e sociais existentes.

Desta forma, as empresas que possuem a visão voltada para o bem comum mostram que a intenção não é substituir o Estado na gestão de políticas públicas, mas reconhecer que estão inseridas na coletividade e que são co-responsáveis pela qualidade de vida e sustentabilidade da comunidade.

Segundo SEABRA¹¹, uma empresa para ser socialmente responsável necessita passar pelos seguintes estágios:

1º passo: a organização é apenas cumpridora da lei, e não interpreta como sua “obrigação” desenvolver ações que estejam para além da letra da lei. Estas organizações encaram os aspectos da responsabilidade social como obrigações, muitas vezes como fontes de custo;

¹¹ Fernando Miguel dos Santos Henriques Seabra: Docente do Departamento de Economia e Gestão da Escola Superior de Ciências Empresariais do Instituto Politécnico de Setúbal e autor do artigo: *A Responsabilidade Social das Organizações Gestão Estratégica do Compromisso com a Sociedade*

2º passo: a organização que reage às preocupações sociais da envolvente externa e interna; e

3º passo: a organização que se antecipa aos problemas, agindo e não reagindo.

O início das ações sociais privadas partem do princípio de que existem deficiências na atuação do Estado em atender a demanda social que a cada dia se torna crítica. Percebe-se desta maneira que no atual contexto de desigualdade social pelo qual a sociedade brasileira passa, as empresas adquirem maior consciência de suas responsabilidades para com a comunidade, e acabam adotando práticas sociais que envolvem ações internas e externas as organizações.

O público-alvo que detém prioridade em atividades desenvolvidas pelas empresas se dividem em quatro grupos segundo IPEA - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada -: crianças; jovens; comunidade em geral, e adultos.

No grupo das crianças, os benefícios são predominantemente educacionais, embora também recebam outros atendimentos como saúde e assistência. As atividades desenvolvidas aos jovens restringem-se a área educacional também. Já aos adultos, são concentradas ações de capacitação profissional. E para a comunidade em geral, as ações voltam-se desde assistência social até campanhas educativas relacionadas à educação e a saúde.

Muitas das empresas socialmente responsáveis desejam dar continuidade e até mesmo expandir suas ações sociais por meio de alianças com outras empresas parceiras e instituições não governamentais, pois se consideram co-responsáveis em mudar o cenário social que se atravessa por décadas.

Mais de 80% destas empresas afirmaram, segundo o IPEA, que suas expectativas em relação ao desenvolvimento de suas ações são o de expansão, ainda que muitas vezes condicionada a adesão de novos parceiros e/ou novas ONGs.

2 EDUCAÇÃO E DESENVOLVIMENTO REGIONAL

Diante das limitações econômicas encontradas pelo poder público para investimento em capital humano, cresce a conscientização das empresas privadas a se tornarem co-responsáveis pela melhoria dos aspectos educacionais de suas regiões. É visado neste capítulo, destacar a importância do engajamento social das empresas em buscar melhorias no campo educacional, a fim de que se consiga reduzir os desníveis sociais.

Dentre as empresas que promovem ações sociais na área, destacar-se-á na região sudeste, as do Estado de São Paulo, pois detêm a maioria absoluta das empresas da região.

2.1 IMPORTÂNCIA DA EDUCAÇÃO NO COMBATE A DESIGUALDADE E A POBREZA NO ESTADO DE SÃO PAULO

O Estado de São Paulo apesar de ser o principal motor de desenvolvimento do país, ainda apresenta fatos alarmantes, como alta concentração de riqueza, de violência, de desemprego, e de miséria. São mazelas sociais que podem ser combatidas por meio de uma “arma” chamada educação.

Segundo MADEIRA¹²(2004), “a educação é o maior programa de inclusão social, e que num prazo de 10 a 15 anos, pode-se conseguir um ensino inteiramente universalizado, da pré-escola ao ensino médio”.

De fato, a melhoria nas condições de trabalho dos professores e de acesso dos alunos à escola contribuem para melhoria da qualidade e da obtenção de resultados mais satisfatórios de todas as partes envolvidas. Porém estas propostas esbarram

¹² Em entrevista ao jornal do colégio Bandeirantes de São Paulo em 2002, o sociólogo, administrador de empresas e professor Arnaldo MADEIRA, que no início dos anos 80, atuou na administração municipal, quando Mário Covas foi prefeito e, posteriormente, presidiu a câmara dos vereadores da capital de São Paulo

muitas vezes na escassez de recursos públicos, e na burocracia que impede a maior agilidade na questão da melhoria educacional.

Segundo CHALITA¹³(2004), atualmente 8,4% dos seis milhões de estudantes da rede estadual de ensino abandonam a escola antes do término, em uma das séries ensino médio. Do seu ponto de vista é necessário cativar o jovem e investir na chamada educação com afeto. “O afeto é um componente imprescindível que deve pautar a relação mestre-aprendiz, juntamente com o respeito, a admiração e a amizade” (CHALITA, 2004).

A evasão escolar se configura também num prejuízo social, pois fora da escola as crianças e adolescentes perdem a oportunidade de conseguir uma vida mais digna e cidadã, e assim acabam aumentando as estatísticas de trabalho infantil e de criminalidade.

Para demonstrar o impacto da baixa escolaridade na realidade do mercado de trabalho, existem dados impressionantes revelados por estudos do Banco Mundial: levando-se em conta a média dos trabalhadores da América Latina e seus salários, cada ano a mais de estudo de um trabalhador com formação primária completa e, pelo menos, uma série cursada no ensino secundário significa acréscimo de 9,85% no salário.

No caso de um trabalhador com formação secundária completa e um ano na faculdade, cada novo período de estudo representa acréscimo salarial de 17,26%. Entre os países da América Latina, somente Chile e Brasil ficam acima dessas médias, mas o Brasil é o que possui o índice mais elevado, de 15,99% e 23,29% de acréscimo salarial em cada um dos casos, respectivamente.

De modo geral existe uma relação crescente entre a renda e a demanda de bens e serviços, ou seja, a medida que a renda cresce, a demanda também crescerá, pois a renda maior provoca nos indivíduos o desejo de aumentar seu padrão de consumo . O consumo agregado representa em torno de 2/3 do Produto Interno Bruto –

¹³ Secretário estadual de educação Gabriel Chalita (2004)

PIB¹⁴ -do país, evidenciando sua importância de estímulo ao desenvolvimento nacional. Além de reduzir desigualdades sociais, os investimentos em capital humano e físico desempenham papel central no crescimento econômico das nações. Existe a convicção de todos que a qualidade na educação é o ponto central para o desenvolvimento de uma sociedade, capaz de enfrentar os desafios do século XXI e construir um futuro mais digno com mais justiça, igualdade e fraternidade.

Apesar dos esforços de desenvolvimento do sistema nacional de educação, pesquisa científica e tecnológica, a capacidade de formação de recursos humanos no país continua precária e insuficiente frente as crescentes exigências do mercado de trabalho apresentado pela constante evolução tecnológica do mundo contemporâneo.

Na visão de SCHUMPETER¹⁵ o estímulo para o início de um novo ciclo econômico viria principalmente das inovações tecnológicas implementadas pelos empresários. Mostrando-se evidente que o crescimento das nações está sujeito à capacidade de absorção das novas tecnologias, que por sua vez depende da maior qualificação da mão-de-obra interna.

Estas crescentes exigências nacionais e internacionais de qualidade e as constantes mudanças tecnológicas acabam influenciando as empresas privadas a incluírem em seus processos as atividades de formação profissional. Em outros países isto deu início a um dinâmico mercado de serviços de treinamento em empresas, tais como ensino de idiomas e computação.

Desta forma, o engajamento de toda a sociedade é importante no sentido de melhorar as condições educacionais. O que se reflete no envolvimento de entidades privadas e ONGs no auxílio social, com a intenção de proporcionar a igualdade de oportunidades a todos.

¹⁴ Valor agregado de todos os bens e serviços finais produzidos no país.

¹⁵ Economista Austríaco Joseph Alois Schumpeter (1883-1950), precursor da teoria do desenvolvimento capitalista com grande contribuição à economia contemporânea com o estudo dos ciclos econômicos.

No caso das empresas, segundo o Instituto Ethos¹⁶, a responsabilidade social trata não somente do financiamento de projetos sociais no entorno imediato, mas diz respeito, sobretudo, à atitude ética em todas as suas relações com os demais agentes.

Se o empresariado pretende atuar no campo social para melhorar as condições de vida das camadas de baixa renda, existe o consenso de que a educação é uma das prioridades. O Instituto cita que são necessários 12 anos de escolaridade para ultrapassar a linha da pobreza¹⁷, onde apenas 65% dos alunos conseguem concluir a etapa de oito anos de ensino obrigatório.

Na cidade de São Paulo, metrópole mais industrializada do Brasil, existe um programa chamado “Capacitação ocupacional”, e conta com o apoio de instituições do governo municipal, e de um convênio de cooperação técnica internacional ligada a UNESCO - Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura - através do projeto “formação cidadã”, que por meio de parcerias com outros setores que atuam na área, promovem a aprendizagem coletiva no município.

A constituição dessa rede de parcerias do programa de capacitação ocupacional conta com mais de 50 instituições parceiras, dentre elas 81 % são ONGs, 13% instituições públicas e 6% empresas privadas.

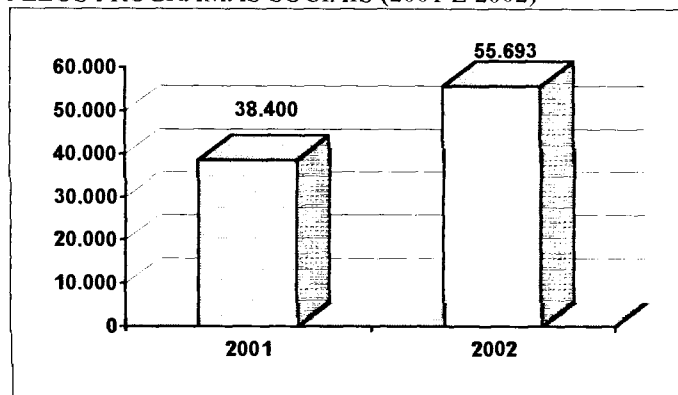
As capacitações oferecidas no programa são feitas em espaços públicos e privados situados nos próprios distritos onde os beneficiários residem. O programa dá-se em duas etapas: na primeira, os beneficiários recebem capacitação no modo básico de formação cidadã; na segunda, eles irão receber cursos específicos de capacitação ocupacional ou de aprendizagem.

¹⁶ O Instituto Ethos de Empresas e Responsabilidade Social e o CENPEC - Centro de Estudos e Pesquisas em Educação, Cultura e Ação Comunitária publicaram em 1999 o artigo: “O que as empresas podem fazer pela educação”, oferecendo sugestões de como as empresas podem somar esforços às escolas para melhorar a educação.

¹⁷ Indivíduos que recebem renda inferior a um determinado patamar suficiente apenas para satisfazer suas necessidades básicas. No ano de 2001, o Brasil possuía 33,6% da população vivendo em condições abaixo da linha de pobreza, ou seja, 57,9 milhões de pessoas segundo o IPEA.

O gráfico a seguir mostra a evolução entre os anos de 2001 e 2002 do número de pessoas beneficiadas pelos programas sociais que envolveram órgãos públicos e privados no município de São Paulo.

GRÁFICO 1: BENEFICIÁRIOS ATENDIDOS PELOS PROGRAMAS SOCIAIS (2001 E 2002)

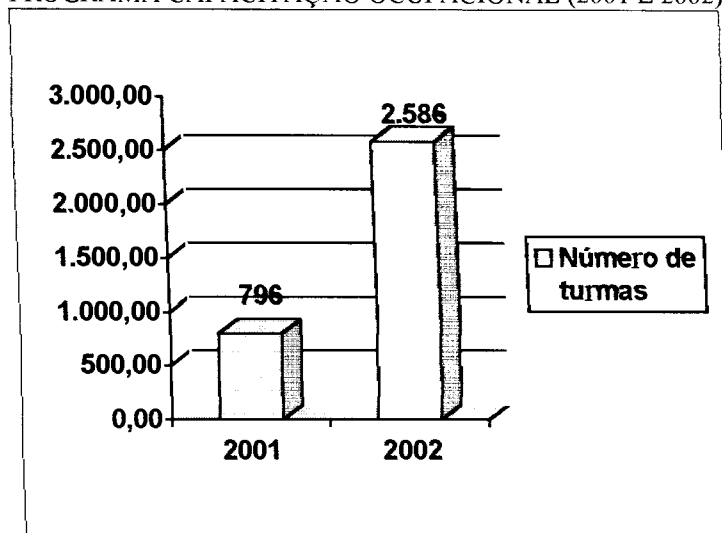


FONTE: POCHMANN, MARCIO, (ORG). OUTRA CIDADE É POSSÍVEL: ALTERNATIVAS DE INCLUSÃO SOCIAL EM SÃO PAULO. ED. CORTEZ; SP: 2003.

Conforme o gráfico acima, percebe-se que no ano de 2001, foram atendidas pelo programa “capacitação ocupacional” 38.400 pessoas em 13 distritos de São Paulo. Em 2002, o número de beneficiários cresceu mais de 40%, distribuindo-se entre 50 distritos do município de São Paulo.

O gráfico 2 deixa evidente que a união de esforços foi fundamental para a expansão no número de cursos de capacitação na região.

GRÁFICO 2: QUANTIDADE DE CURSOS OFERECIDOS PELO PROGRAMA CAPACITAÇÃO OCUPACIONAL (2001 E 2002)



FONTE: POCHMANN, MARCIO (ORG). OUTRA CIDADE É POSSÍVEL: ALTERNATIVAS DE INCLUSÃO SOCIAL EM SÃO PAULO. ED. CORTEZ: SP: 2003.

O gráfico mostra que o número de turmas de beneficiários pelo programa saltou de 796 em 2001 para 2.586 em 2002. Isso evidencia que o apoio de todos os setores foi fundamental para a expansão do projeto capacitação de pessoas que se encontram à margem do mercado de trabalho.

2.2 O PAPEL DO CONHECIMENTO PARA A INCLUSÃO SOCIAL

O investimento na educação e na qualificação da população tornaram-se importante fator para o desenvolvimento regional e nacional. Segundo AMATYA SEN¹⁸(2000), o desenvolvimento existirá, a medida em que se removam as privações de liberdade, tais como pobreza e tirania, carência de oportunidades econômicas, destruição social sistemática, negligência dos serviços públicos e intolerância ou interferência de Estados repressivos.

Esta linha de raciocínio mostra que o mundo atual, principalmente nos países mais atrasados ou em desenvolvimento, como na América Latina e na África, existe a abstenção de liberdades que são necessárias a maioria de suas populações, incluindo a liberdade de receber a educação básica e a qualificação profissional.

O crescente desenvolvimento tecnológico e científico estimula o aumento da procura por capital humano escolarizado e qualificado, e deste modo os agentes devem proporcionar maior atenção à área de educação a fim de que se consiga atender esta demanda no longo prazo, pois o retorno dos investimentos em conhecimento só poderão ser obtidos em prazos de maior duração.

SUMMERS¹⁹ (2004) menciona o papel do ensino num mundo globalizado: “Nos mercados de trabalho nacionais, as recompensas para aqueles que têm capacidade de aprender e aplicar seus conhecimentos não param de aumentar. No mercado global, a qualidade da mão de obra de um país tornou-se um fator central no cálculo das empresas, quando elas têm de decidir onde investir seu dinheiro”.(SUMMERS, Revista Veja, p. 15, 2004).

¹⁸ Economista indiano prêmio Nobel de Economia em 1998. Autor do livro “Desenvolvimento como liberdade”, 2000.

¹⁹ Em entrevista feita a revista Veja, o ex-secretário do Tesouro americano e atual reitor de Harvard, o economista Lawrence Summers

SUMMERS (2004) comenta que no mundo atual, a educação e o sucesso econômico possuem relação direta tanto para os indivíduos como para os países e empresas, pois os trabalhadores qualificados conseguem melhorar a produtividade das empresas, o que as tornam mais competitivas no mercado, garantindo-lhes maior rentabilidade e crescimento. Menciona ainda, os desafios de uma política educacional na atualidade:

“Falo como americano, mas creio que minha resposta se aplica a inúmeros países, inclusive o Brasil. O grande desafio, a meu ver, é garantir que, numa sociedade marcada por grandes desigualdades econômicas, crianças dos estratos sociais mais pobres tenham as mesmas oportunidades de acesso à educação que crianças dos estratos sociais mais ricos”.(SUMMERS, Revista Veja, p. 15, 2004).

Até em países mais avançados como os EUA, existe desnível social com relação às oportunidades de acesso a educação, fato que ocorre com mais frequência em países mais atrasados, ou seja, há a usurpação da principal “arma” que os mais carentes possuem de se conseguir a ascensão social e melhoria de qualidade vida.

Por meio da educação e conhecimento, é que se consegue atingir os aspectos imprescindíveis ao desenvolvimento humano de uma sociedade, tais como meio ambiente, novas tecnologias e maquinários, capacidades básicas de leitura escrita e cálculo, as responsabilidades, o cuidado com os outros, o melhor uso da mente e do corpo, a arte, a história e a ciência.

O Brasil, apesar de ser um país com grande variedade recursos naturais, capacidade técnica e uma larga experiência no campo social, ainda exhibe problemas sociais que afetam amplos setores da sociedade e continua apresentando os mais deprimentes indicadores de desigualdade e de pobreza. O país possui a 4ª maior concentração de renda do mundo, são 50 milhões de brasileiros pobres que convivem com séria dificuldade de acesso aos serviços básicos de educação, saúde, assistência social e habitação.

Segundo o IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - em 1960 os 10% mais ricos tinham uma renda 34 vezes maior que os 10% mais pobres no Brasil, em 2001 a proporção chegou a 47 vezes. Na entrada desse século os números mostram que o rendimento de 1% da população mais rica praticamente se iguala à dos 50% mais pobres.

Os efeitos do modelo econômico que vigora no país, onde apertos fiscais refletem-se em cortes de investimentos públicos, especialmente na área social, que aliados aos problemas burocráticos, de gestão e da ausência de crescimento econômico sustentado, acabam atingindo o setor produtivo e prejudicando a geração de empregos, tendo como consequência o agravamento da questão social.

A cada ano, segundo POCHMANN (2003), 1,5 milhão de pessoas entram no mercado de trabalho no Brasil, havendo assim a necessidade de crescimento econômico acima de 5,5% para que essa massa de trabalhadores seja absorvida. Contudo nos últimos dez anos, a economia brasileira conseguiu crescer em média menos que 2,6% ao ano. Este cenário resultou numa grande elevação da taxa de desemprego, aliado a ampliação do trabalho informal, má distribuição da renda, e da pobreza.

A história mostra que a capacidade de uma nação preservar o progresso social, cultural e econômico no longo prazo depende, dentre outros fatores, do poder de sua população em organizar, acumular e transmitir o conhecimento.

Num mundo cada vez mais dinâmico não basta apenas dominar um nível mínimo de informação que se resume a escrever frases ou executar operações matemáticas simples, mas possuir espírito crítico, capacidade de criar novas soluções, processar e comunicar informações de modo eficiente.

A qualificação de recursos humanos é um ponto central no debate sobre a competitividade dos países industrializados. Neste ponto, a educação brasileira continua muito abaixo dos padrões necessários a uma economia competitiva e capaz de ocupar espaços cada vez maiores no mercado mundial, 32,1 milhões de brasileiros são considerados analfabetos funcionais, ou seja, pessoas familiarizadas com as primeiras noções da escrita e da leitura, porém incapazes de entender a maior parte do que lêem, mesmo quando se trata de textos bastante simples. POCHMANN (2003)

Contudo, o ensino de qualidade eleva as habilidades dos indivíduos, tornando-os mais competentes na busca de melhores condições de vida, além do mais, traz a possibilidade de o país atingir desenvolvimento sócio-econômico e aumento da inclusão social.

2.2.1 Limitações do Poder Público

No Brasil, o ministério da educação – MEC - lançou em 2003 o documento chamado “Alinhamento Estratégico MEC 2003”, que teve como finalidade organizar os fundamentos que norteiam a concepção do Plano Plurianual da educação - PPA - para 2004-2007 e orientam as ações de todas as secretarias e órgãos vinculados ao MEC.

O material do MEC destaca uma situação inaceitável na educação básica: cerca de 9,6 milhões de crianças de 4 a 6 anos não têm acesso à pré-escola. Entre as que se encontram em idade escolar obrigatória, cerca de 3,6% não estão matriculadas. Mais de 2 milhões de crianças de 7 a 14 anos ainda trabalham em vez de estudar, sendo que 800 mil estão envolvidas nas piores formas de trabalho.

Constatou-se também que o desempenho dos alunos da educação básica ainda se encontra muito abaixo do adequado. De cada 100 alunos matriculados na 1ª série, estima-se que apenas 41 concluem esse nível do ensino e, destes, estima-se que apenas 16 concluirão o ensino médio. E apenas 25% dos concluintes da educação básica estariam aptos para o enfrentamento dos desafios colocados pelo atual mercado de trabalho.

A intenção de universalizar a educação básica tem como pré-requisito fundamental à questão do financiamento, trazendo a tona a necessidade de ampliação de fundos destinados a este fim. A intenção era de ampliar FUNDEF - Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério, e a criar o Fundo de Desenvolvimento da Educação Básica - FUNDEB com a finalidade de assegurar um financiamento para toda a educação básica, em moldes semelhantes ao do FUNDEF.

Porém a escassez de recursos limita tais intenções, gerando constantes críticas da maioria dos atores sociais em educação, haja vista que a União tem cada vez menos participado da composição dos recursos aplicados no FUNDEF. Estudos do IPEA mostraram que em 1998 a União participou com 3,2% dos recursos do fundo, e em 2002 esse índice foi reduzido para 2,3% do total.

Um dos problemas ao aumento deste percentual está centrada na área econômica do governo, que há muito tempo gasta com o pagamento de suas dívidas, pouco sobrando aos investimentos sociais fundamentais, na qual esta inserida a educação. A criação do FUNDEB apesar de ser uma antiga reivindicação dos segmentos ligados à educação infantil e ao ensino médio, esbarra na escassez de recursos.

O FUNDEF financia todo o ensino fundamental e é calculado com base no número de alunos matriculados e na arrecadação de impostos vinculados para esse nível. Cabe à União complementar o valor nos estados em que o custo por aluno ficar abaixo da média nacional.

A tabela a seguir mostra, entre os anos de 1998 e 2001 a diferença entre o que deveria ser destinado por lei e o que efetivamente foi desembolsado por decreto presidencial.

TABELA 1 – COMPLEMENTAÇÃO EFETUADA PELA UNIÃO X COMPLEMENTAÇÃO PREVISTA EM LEI

Ano	Complementação efetuada pela União (R\$)	Complementação prevista em Lei (R\$)	Calote (R\$)
1998	424.949.000,00	2.000.000.000,00	1.575.051.000,00
1999	675.061.000,00	2.400.000.000,00	1.724.939.000,00
2000	688.980.000,00	2.500.000.000,00	1.811.020.000,00
2001	528.165.000,00	2.800.000.000,00	2.271.835.000,00
Total	2.317.155.000,00	9.700.000.000,00	7.382.845.000,00

FONTE: SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL/MF E MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

A tabela evidencia que a partir da criação do FUNDEF em 1998, a União por meio de decreto presidencial tem repassado quantias inferiores às previstas em lei, alcançando dentre os anos a uma diferença na quantia acima dos R\$ 7 bilhões, que deveriam ser destinados a investimentos em educação conforme a lei determina.

Atualmente, o Brasil possui 16 milhões de analfabetos com mais de 15 anos de idade, o que corresponde a 9% da população²⁰. Das pessoas alfabetizadas, 61% tem muito pouco ou nenhum contato com livros, muitas vezes em razão do seu alto custo, ou do pequeno número de livrarias. Para a Câmara Brasileira do Livro, 70% dos apreciadores de livros pertencem a classe média, e 89% dos municípios brasileiros ainda não possuem livrarias.

Segundo Boletim do IPEA divulgado em 2003, dados do Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos – INEP - indicam que para se conseguir erradicar o analfabetismo em quatro anos no país, seriam necessários 200 mil professores atuando nos primeiros anos no ensino fundamental, atualmente o país possui 49 mil professores neste nível.

²⁰ Dados extraídos do Jornal: Gazeta do Povo de 01/10/2004, p. 19

Segundo POCHMANN (2003) o Brasil trouxe desde o início do século XX uma situação social escandalosa com baixo nível de escolaridade, grande número de analfabetos, famílias com grande número de pessoas, migração rural-urbana, e outras mais que são resultados da ausência de reformas no campo, da ação do Estado e dos fracos movimentos trabalhistas. Para o autor o Brasil evitou na época implementar as reformas necessárias do capitalismo contemporâneo, tais como reforma agrária, social e tributária.

A situação piorou no final do século XX, com o afastamento do país do crescimento econômico que agravou as questões sociais e favoreceu o aparecimento de um novo contingente de excluídos com perfil bem diferente do tradicional, que até então se configurava em migrantes da zona rural com baixa escolaridade, com famílias grandes e ocupação mal remunerada.

O novo perfil de excluídos é baseado em pessoas com pouca escolaridade, família pequena, cidadãos já urbanos, porém desempregados. Assim a exclusão passa agora por pessoas que já foram incluídas um dia.

Percebe-se então que não se conseguiu vencer a antiga exclusão social, e ainda se agregou a essa uma nova exclusão de pessoas sem o acesso a direitos básicos.

“(…) a moderna exclusão aparece registrada no empobrecimento dos trabalhadores urbanos integrados nos centros dinâmicos da economia do país, seja pela deterioração salarial que se aprofundou durante os últimos anos, seja pela degradação dos serviços públicos que afetam a qualidade de vida nas cidades, seja ainda pelo desemprego em larga escala que atinge o setor formal da economia” (TELLES, 2001).

Deste modo, o Estado mostrou reduzida a sua capacidade de realizar políticas econômicas e sociais nos últimos 30 anos, em razão do endividamento público, taxas baixíssimas de crescimento econômico, além da globalização que trouxe um novo dinamismo ao mercado com novas formas de concorrência empresarial e grandes tecnologias poupadoras de mão-de-obra e geradoras de desemprego.

A nível Estadual e Municipal isto não é diferente, onde um novo perfil de excluídos surge sem que se tenha solucionado o problema da antiga exclusão social. A exemplo disto, a tabela 2 a seguir mostra o perfil da velha e da nova exclusão social na cidade de São Paulo.

TABELA 2. CRITÉRIOS DE MANIFESTAÇÃO DA NOVA E DA VELHA EXCLUSÃO SOCIAL

CONDIÇÕES DE VULNERABILIDADE	VELHA EXCLUSÃO	NOVA EXCLUSÃO
Faixa etária	Presença de crianças	Presença de velhos
Raça e procedência	Negro e/ou imigrante	Branco e/ou não-migrante
Estrutura familiar	Muitos dependentes	Monoparentais
Condição de habitação	Ausência de moradia	Moradia precária
Conhecimento	Analfabetismo na língua pátria	Analfabeto digital
Posição no trabalho	Ocupado com baixa produtividade	Desempregado recorrente
Renda	Insuficiente monetização	Desmonetização

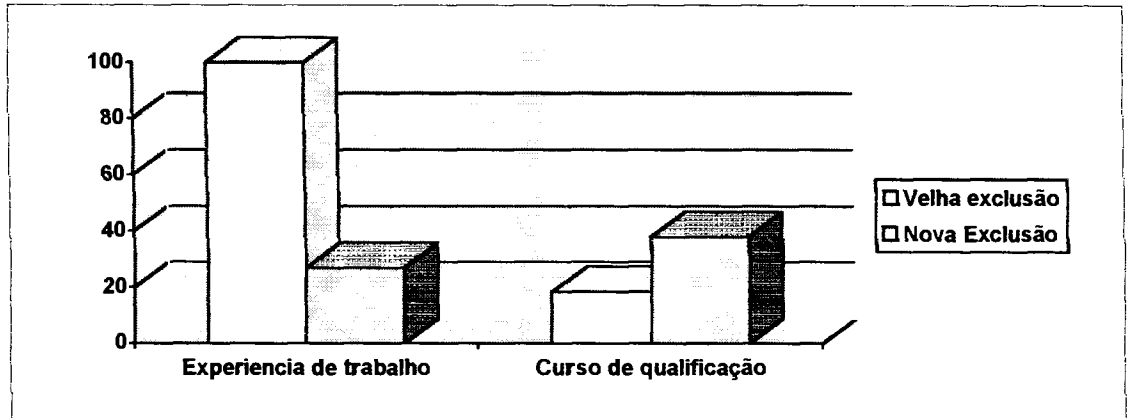
FONTE: SDTS (SECRETARIA DO DESENVOLVIMENTO, TRABALHO E SOLIDARIEDADE) /PMSP (PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO), 2002

A experiência no trabalho e a presença em cursos de qualificação exigidos na atualidade pela nova dinâmica do mercado de trabalho, acabam impedindo a inserção de jovens ao mercado. Isso se verifica na nova exclusão onde a experiência de trabalho é bastante baixa e o nível de qualificação mudou. Na velha exclusão²¹, havia a experiência de trabalho, porém baixa frequência a cursos de qualificação.

O gráfico a seguir mostra a distribuição dos beneficiados segundo experiência de trabalho e cursos de qualificação em julho de 2002.

²¹ Conforme gráfico 3, página 26.

GRÁFICO 3 : SÃO PAULO: DISTRIBUIÇÃO DOS BENEFÍCIOS SEGUNDO EXPERIÊNCIA DE TRABALHO E CURSOS DE QUALIFICAÇÃO EM JULHO DE 2002 (%)



FONTE: SDTS/PMSP

Percebe-se que a nova dinâmica do mercado de trabalho com a constante inovação tecnológica e crescente concorrência acabou exigindo uma maior qualificação dos trabalhadores. Na antiga exclusão social a questão da qualificação profissional era menos exigida, o que possibilita ao trabalhador adquirir conhecimentos por meio da experiência de trabalho.

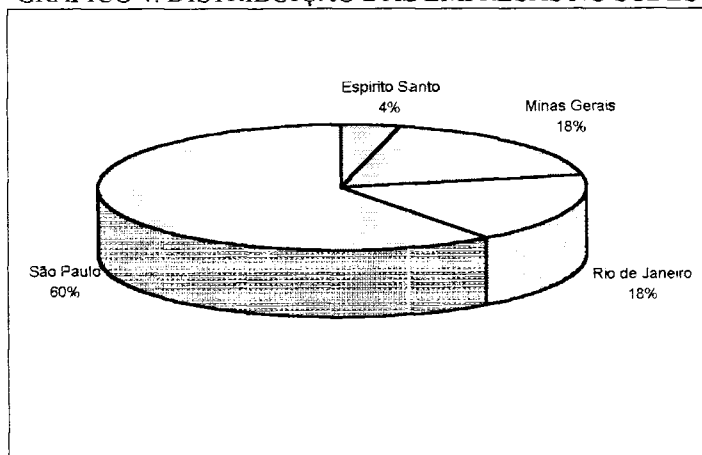
2.3 O ESTADO DE SÃO PAULO EM DESTAQUE NA REGIÃO SUDESTE

Nesta seção o Estado de São Paulo será destacado e analisado junto aos demais Estados da região, examinando-se a realidade das empresas socialmente responsáveis e identificando-as como importantes agentes sociais.

O IPEA - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - com a intenção de retratar o universo do setor privado do Sudeste brasileiro, elaborou a primeira pesquisa a respeito da Ação Social das Empresas na região²², pois a região detém mais da metade das empresas do país, o que permite oferecer um quadro mais completo a respeito das empresas que atuam na área social.

Foram analisadas na pesquisa 445 mil empresas privadas da região Sudeste, com um ou mais empregados, sendo que o Estado de São Paulo abriga a maioria absoluta das empresas (60%), predominam ainda as empresas comerciais (49%) e aquelas com menos de dez empregados (58%).

GRÁFICO 4: DISTRIBUIÇÃO DAS EMPRESAS NO SUDESTE 1998



FONTE: Cadastro das Empresas/MTE e Pesquisa Ação Social das Empresas na Região Sudeste - IPEA/DICOD

²² A pesquisa publicada em artigo no ano 2000 e coordenada pela diretora de estudos Sociais Anna Maria T. Medeiros Peliano, foi intitulada de "A iniciativa privada e o espírito público: um retrato das ações sociais das empresas no sudeste brasileiro".

A pesquisa revelou que 300 mil empresas, o equivalente a dois terços do total pesquisado, realizam algum tipo de ação social para a comunidade, abrangendo desde pequenas doações eventuais até grandes projetos bem-estruturados.

Empresas que atuaram exclusivamente em benefício da comunidade somaram 95 mil ou 22% do total pesquisado, configurando um número maior do que as que desenvolveram ações exclusivamente para seus empregados, somente 78 mil. Contudo, a maior parte, cerca de 200 mil empresas, combinou as duas formas de atuação, o que corresponde a 45% do total.

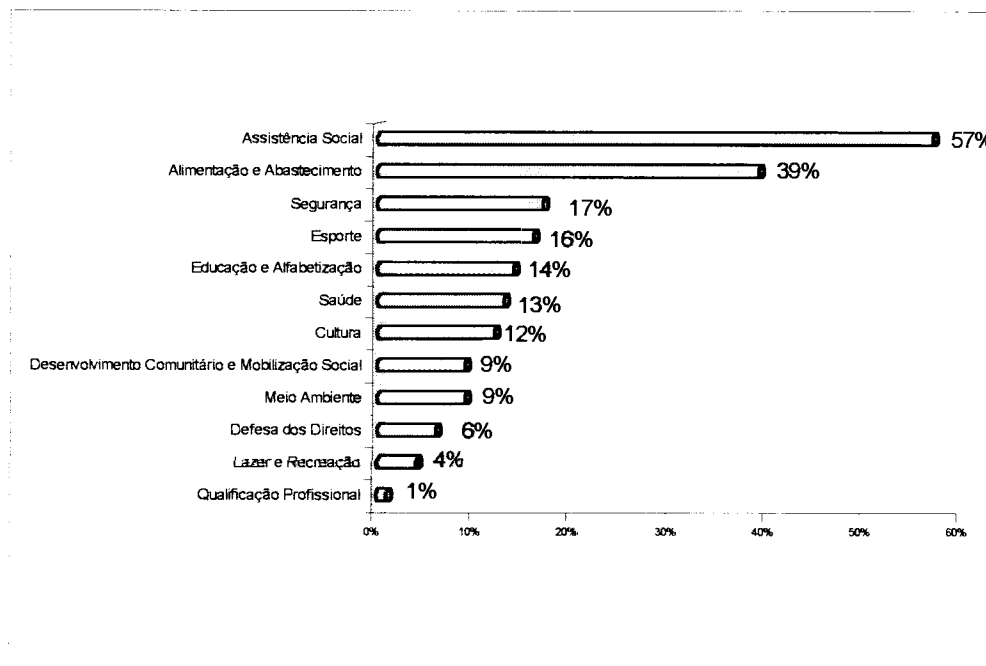
A pesquisa revelou ainda que das 300 mil empresas que realizaram ações sociais para a comunidade, estão sediadas no Estado de São Paulo a maioria absoluta com 60%, onde 53% são de pequeno porte e 52% do setor de comércio. Tal resultado, no entanto, apenas reflete o perfil das empresas localizadas no Sudeste.

Das empresas que declararam ter realizado algum tipo de ação social para a comunidade em 1998, as mineiras se destacam na região Sudeste com 81% delas, no Rio de Janeiro esse percentual é de 59% e, em São Paulo, verifica-se uma performance próxima à média da região (67%). A participação observada para as empresas localizadas no Espírito Santo foi bem menor (45%).

Empresas que mais atuaram na área social no ano de 1998 foram as do setor comercial e industrial, com 70% e 68% respectivamente, seguido do setor de serviços com uma participação de 64%, ficando, portanto, ligeiramente abaixo da média regional de 67%.

Dentre as ações mais desenvolvidas pelas empresas, a educação aparece em quinto lugar, o que representa 14% das empresas declararam apoiar ações educativas. O resultado não era esperado, na medida em que estudos existentes apontavam a educação como o centro das atenções do empresariado envolvido com a questão social. Na verdade, tais pesquisas referiam-se, essencialmente, ao comportamento das empresas maiores e mais organizadas, onde, se verifica uma maior preocupação com o campo educacional.

GRÁFICO 5: AÇÕES DESENVOLVIDAS PELAS EMPRESAS EXCLUSIVAMENTE PARA A COMUNIDADE 1998



FONTE: PESQUISA AÇÃO SOCIAL DAS EMPRESAS NA REGIÃO SUDESTE - IPEA/DICOD

O atendimento à criança é feito na maioria das empresas (63%), ou seja, o interesse na área se mantém tanto nas pequenas quanto nas grandes empresas. Esse resultado reflete o comportamento das empresas de São Paulo (73%) e das comerciais (80%), que se destacam no atendimento à criança, influenciando, por sua predominância os resultados verificados para todo o conjunto no universo das empresas da região sudeste.

O comportamento dessas mesmas empresas que assistem às comunidades se modifica quando a atenção se volta para os seus próprios empregados. Os estudos mostram que dois terços das empresas que atuam nas comunidades realizam, simultaneamente, atividades sociais, não obrigatórias, para seus empregados. As ações são fragmentadas distribuindo-se de forma equivalente entre alimentação (30%), saúde (25%), qualificação profissional (24%), educação (22%) e lazer (22%).

O estudo revelou que 60% das empresas preferem atuar nas comunidades que vivem ao seu redor, beneficiando as comunidades vizinhas a empresa. Assim, a cooperação entre entidades não-governamentais e empresariais poderia ser de maior importância para o aumento da eficiência nas ações.

Sem isentar a responsabilidade do Estado, que atualmente não dispõem de recursos suficientes para corrigir os desníveis sociais, é de extrema importância apostar que o empenho simultâneo entre estado e o restante da sociedade é capaz de à longo prazo reduzir drasticamente o problema da desigualdade e da exclusão social nas regiões.

Apenas 8% das empresas pesquisadas recorreram às isenções fiscais, permitidas pela legislação federal no Imposto de Renda de 1998, para realizar ações sociais. Considerando as deduções de impostos estaduais e municipais como, por exemplo, o ICMS - Imposto sobre a circulação de mercadorias e serviços -, ou o ISS - Imposto sobre serviços -, são ainda menos utilizadas: apenas 4% do conjunto das empresas e 6% das maiores se beneficiaram dos incentivos locais.

Este baixo percentual de empresas que se beneficiam de incentivos do governo para atuarem na área social, pode ser resultado do baixo valor dos benefícios, do desconhecimento das mesmas, da inadequação da legislação as ações, ou ainda da falta de divulgação de tais incentivos nos meios de comunicação.

Porém um terço das empresas pesquisadas se queixam da falta de transparência e de capacidade de gestão das organizações sem fins lucrativos que executam ações sociais, que acabam dificultando a expansão do auxílio social privado. Evidenciando a necessidade da avaliação e capacitação das equipes que trabalham nas instituições filantrópicas, para que se garanta maior transparência e eficácia das ações.

Certas empresas preferem qualificar seus funcionários para que atuem no campo social, pois nem sempre as ONGs mostram-se totalmente confiáveis, em especial por ser um segmento em plena expansão e a princípio com embasamento técnico ínfimo.

No Estado de São Paulo, apenas 28% das empresas possuem a preocupação de qualificar os empregados para atuar em atividades comunitárias, indicando que a maioria prefere deixar a execução dessas atividades a cargo de terceiros, ou seja, das entidades sem fins lucrativos.

O comportamento das empresas é influenciado pelo seu tamanho, onde as de menor porte se destacam no setor de assistência e alimentação e no atendimento às crianças e à família, já as de maior porte tem suas ações direcionadas principalmente à educação de crianças e jovens, destas, metade declara que pretende expandir seu atendimento no futuro. Porém, a intensidade e amplitude das atuações estão atreladas a conjuntura da economia brasileira.

A pesquisa do IPEA revelou ainda que as empresas do sudeste que desenvolvem ações sociais destinaram um volume de R\$ 3,5 bilhões em recursos às atividades sociais (desde doações a projetos mais estruturados), o que corresponde a menos de 1% da receita bruta das empresas do sudeste.

Para os empresários, as ações sociais privadas poderiam ser maiores se os governantes realizassem uma série de medidas que estimulassem a prática da Responsabilidade Social nas empresas, contribuindo para o auxílio as políticas públicas e para o maior bem-estar dos indivíduos que carecem de tais ações.

Dentre as principais sugestões dos empresários para ampliar o atendimento social estão:

1. Aumentar os incentivos fiscais e estendê-los às micro e pequenas empresas; reduzir a carga tributária e os encargos sociais;
2. Promover o crescimento e a estabilidade econômica;
3. Melhorar o desempenho e ampliar a atuação do governo na área social;
4. Estimular, nos meios de comunicação de massa, a divulgação das ações realizadas pelas empresas privadas e dos benefícios sociais gerados;
5. Mobilizar e conscientizar as empresas para atuarem no social;

6. Divulgar os benefícios fiscais concedidos às empresas para atuarem na área social;
7. Reduzir a burocracia governamental para a realização das ações sociais;
8. Promover parcerias entre governos, empresas e comunidades para orientar as ações sociais do setor privado;
9. Criar novos mecanismos de estímulo à atuação social das empresas (nas licitações públicas, na concessão de créditos, etc.);
10. Ampliar a transparência das organizações não governamentais sem fins lucrativos no uso dos recursos doados;
11. Melhorar o conhecimento dos empresários sobre as carências sociais de modo a nortear sua atuação social;
12. Melhorar a qualidade dos projetos apresentados pelas organizações que executam atividades sociais, e
13. Promover um maior envolvimento das associações, federações e confederações empresariais que poderiam articular as ações sociais de seus associados.

Percebe-se então que a maioria das empresas, apesar de reivindicarem as medidas mencionadas acima, ainda prefere atuar nas ações sociais, mesmo não utilizando os incentivos que o governo.

3 EMPRESAS SOCIALMENTE RESPONSÁVEIS EM EDUCAÇÃO

Este capítulo busca apresentar as diversas formas de que o setor privado pode implantar ações ligadas ao campo educacional, seja por apoio as ONGs ou por investimentos diretos. Tais ações não se restringem apenas as grandes corporações, pois micro e pequenas empresas também detêm a possibilidade implementarem medidas de apoio educacional.

Contudo, o capítulo visa mostrar que não é intenção do setor privado substituir o papel do Estado, porém é de grande importância o engajamento de todos os setores em tais iniciativas, pois desta forma seria possível trazer vantagens a todas os setores envolvidos.

3.1 EXEMPLOS DE EMPRESAS SOCIALMENTE RESPONSÁVEIS NO CAMPO EDUCACIONAL NO ESTADO DE SÃO PAULO.

A seguir citam-se alguns exemplos de empresas socialmente responsáveis na área educacional no Estado de São Paulo. São algumas das ações que podem ser implementadas nesta área. Em anexo ao trabalho pode-se observar outras maneiras de se implantar tais ações nas empresas.

3M

A 3M, empresa com sede no Estado de São Paulo e conhecida em todo o Brasil possui uma ampla e antiga ação junto à comunidade. Atende 86 entidades e presta serviços a 13 escolas públicas. Mobilizando mil funcionários voluntários em projetos como as chamadas “Visitas Mágicas 3M”, onde funcionários com filhos na escola visitam-na para falar sobre um assunto, como contar a história do papel e ensinar a reciclá-lo a fim de estimular a observação e criatividade de crianças de 8 e 9 anos. A empresa criou um prêmio próprio a fim de reconhecer a atuação dos funcionários. Este prêmio foi chamado de “Prêmio Boa Ação”.

ACHÉ LABORATÓRIOS

Empresa que acredita é importante ser sensível à qualidade de vida dos seus funcionários e familiares. Ela criou no ano de 1996 o projeto semear com cursos de preparação para jovens, incluindo visitas a museus, cinemas e prática de esportes. Isso ao perceber que muitos filhos de seus funcionários desejavam trabalhar na empresa. Com o passar do tempo, o projeto promoveu parceria com o Senac e abriu-se a comunidade.

O Aché também mantém o Centro de Desenvolvimento Infantil (para crianças de 0 a 6 anos), o Centro de Convivência Aché (atende crianças de 7 e 8 anos, tendo iniciado suas atividades a partir da necessidade de uma funcionária que pretendia demitir-se por não ter com quem deixar a filha) e os projetos Sopão, Alfabetização Solidária junto à Comunidade Solidária e de reflorestamento em cooperação com o SOS Mata Atlântica.

NATURA

Além da antiga colaboração com uma escola estadual, a Natura Cosméticos, em São Paulo, criou, juntamente com a Fundação Abrinq pelos Direitos da Criança, em 1995, o Programa Crer para Ver que apóia e financia projetos vindos da comunidade, com ações dirigidas a escolas públicas.

Desde seu lançamento, o Programa atua em 94 escolas. Cartões de natal, camisetas, lápis e canetas – produzidos por colaboradores voluntários – são comercializados pela rede de 240 mil consultoras responsáveis pela venda dos produtos Natura, que abrem mão de seu lucro financeiro ao venderem os itens do Crer para Ver. O Programa faz parte do dia-a-dia da Natura, de modo que todas as áreas da empresa cuidam também dos produtos Crer para Ver.

INTERCLÍNICAS

A Interclínicas Planos de Saúde oferece atendimento médico a 270 crianças de 7 a 14 anos freqüentadoras da Casa de Solidariedade no horário extra-escolar, em São Paulo. Três vezes por semana, uma equipe da Interclínicas, composta por clínico geral, pediatra, ginecologista e enfermeira (esta trabalha em tempo integral), cuida das crianças e suas famílias, ajudando a recuperar a saúde dos que chegam em piores condições.

INSTITUTO AYRTON SENNA / MICROSOFT / GATEWAY

O projeto Sua Escola a 2.000 por Hora, com um orçamento de R\$ 5 milhões, pretende-se criar, até 2006, laboratórios de informática em 9 mil escolas públicas de todo o país por meio de uma parceria entre a Microsoft, a Gateway — fabricante de computadores — e o Instituto Ayrton Senna. Participam as escolas que apresentarem os melhores projetos de informática.

INTEL

A Intel do Brasil, empresa fabricante de processador para computador, aliou-se à secretaria de Estado da educação de São Paulo para doar a 60 escolas paulistas de nível médio um kit explicativo do funcionamento do computador “por dentro”. A empresa pretende oferecer a quatro professores de cada escola um curso para melhor prepará-los a explorar o material com seus alunos.

O kit é composto por um livro para o professor, duas fitas de vídeo e peças componentes de computador para experimentos em classe. As ações com os professores distinguem a intervenção desta empresa, pois professores mais bem preparados tornam-se multiplicadores, repassando sua prática de ensino a outros colegas e, conseqüentemente, a um maior número de alunos.

Além disso, ao incluir mais de um professor por escola, garante-se que o capacitado não fique isolado, aumentando as chances de trocar idéias com os outros sobre o conhecimento recém-aprendido.

MOTOROLA DO BRASIL / COMPAQ

A Motorola do Brasil (de telefones celulares) e a Compaq (empresa do ramo de computadores), com sedes industriais no município de Jaguariúna no Estado de São Paulo, aliaram-se para oferecer um curso de qualificação profissional à única escola pública de nível médio da cidade, que atende 1.500 alunos.

A Motorola, que iniciou a parceria em 1996, contratou um professor da Unicamp para elaborar e gerir o projeto e um orientador educacional; forneceu linhas de acesso à Internet; comprou e manteve materiais para os laboratórios de Ciências, Física, Química e Biologia; garantiu emprego para alguns alunos nas indústrias da região; e premiou os melhores estudantes e professores. Integrando-se à parceira em 1997, a Compaq criou salas de informática, capacitou e treinou professores e completou o financiamento das novas instalações.

E, finalmente, a escola aprimorou o currículo dos ensinos fundamental e médio, incluindo aulas de Informática, Eletrônica e de Qualificação Profissional. Também aumentou o número de aulas em laboratório para as disciplinas de Ciências, Física, Química e Biologia. Além de beneficiar os 40 alunos do curso de Qualificação Profissional, a parceria ainda atinge os outros 1.500 estudantes da escola por meio dos laboratórios e computadores.

ABN AMRO BANK / BBV / CITIBANK / BANKBOSTON / JP MORGAN / LLOYD'S TSB E MERRILL LYNCH

Apesar de concorrentes no mercado, estas empresas criaram em 1999 a aliança social pela educação, atendendo 50 escolas públicas da cidade de São Paulo. A proposta era transmitir os conhecimentos de gestão financeira a educadores, diretores, pais e alunos de escolas públicas de ensino médio e fundamental por meio da ação voluntária de seus funcionários juntamente com ONGs e Ministério da educação.

Dentre suas atividades, estavam o incentivo à criação de grêmios escolares e cursos de capacitação em excel. O objetivo era mostrar que a participação da comunidade na gestão da escola contribui para sua melhoria.

3.1.1 O papel das micro e pequenas empresas

A responsabilidade social é na atualidade uma questão de competitividade para as micro e pequenas empresas, que por estarem mais próximas dos cidadãos, podem difundir a idéia de cidadania corporativa na comunidade. Fica evidente desta forma que essas pequenas corporações possuem a capacidade de atuar juntamente com a sociedade e também de estimular via concorrência outras a praticarem tais ações sociais.

Estudos feitos pela “*United Nations Industrial Development Organization*”, Agência das Nações Unidas voltada para o progresso social dos países emergentes, mostraram que a saída de uma situação de pobreza passa principalmente pelo envolvimento das pequenas e médias empresas na Responsabilidade Social, pois elas são responsáveis por 90% dos negócios e 50% dos empregos gerados no mundo.

No Brasil, segundo o SEBRAE (2003) - Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas -, empresas de pequeno porte são responsáveis por 99% dos 5,6 milhões de negócios formais e ainda empregam 41% dos trabalhadores com carteira assinada.

A exemplo destes números pode-se citar o caso da micro empresa do ramo de doces “Doceria Beijinho Doce” da capital paulista, que por decisão de um de seus sócios começou a recrutar jovens da periferia da cidade através de uma ONG e a oferecer-lhes cursos profissionalizantes de confeitaria e também orientações básicas como higiene, saneamento básico ou a importância da vacinação de crianças.

A pequena empresa desta forma começou a sentir o crescimento de popularidade no seu principal nicho de mercado, escritórios da avenida paulista, o que lhe proporcionou um incremento de 10% em seu faturamento, além da melhoria do relacionamento interno.

Nota-se deste modo que a pequena empresa conseguiu através da Responsabilidade Social além de aumentar seus ganhos, oferecer aos cidadãos mais necessitados a oportunidade de obterem o conhecimento e a educação profissional, que no futuro poderá se tornar a garantia de próprio sustento e de geração de emprego e renda.

Pode-se concluir que com baixos investimentos as pequenas empresas podem se tornar Socialmente Responsáveis oferecendo oportunidades aos cidadãos mais carentes e ao mesmo tempo conseguir maior competitividade no mercado. Portanto, houve nos últimos anos um crescimento no conceito de Responsabilidade Social como meio estratégico de competitividade e agregação de valor à marca.

Tendo em vista este ponto estratégico da prática da Responsabilidade Social, o Instituto Ethos de empresas e o SEBRAE elaboraram juntos no ano de 2003 um documento contendo dicas para os micro empresários adotarem a estratégia da Responsabilidade Social em seus empreendimentos ²³. Dentre as principais estão:

a) Adote valores e trabalhe com transparência:

-Elabore três documentos:

²³ Revista EXAME - GUIA DE BOA CIDADANIA CORPORATIVA, 2003, p 22

1º. No primeiro, expresse a missão da empresa em relação ao seu ramo de atividade e à sociedade em que está inserida;

2º. Na declaração de Valores, resuma seus princípios e objetivos. Por exemplo, excelência, ética e lucratividade;

3º. No código de Ética, não economize palavras para deixar claro o papel de cada funcionário na empresa.

- b) Valorize funcionários e colaboradores;
- c) Faça sempre mais pelo meio ambiente;
- d) Envolve os parceiros e fornecedores;
- e) Proteja clientes e consumidores
- f) Promova sua comunidade;
- g) Comprometa-se com o bem comum.

Observa-se que a Responsabilidade Social parte do interior da pequena empresa através do engajamento do proprietário e dos funcionários na causa social, envolvendo parceiros, fornecedores, clientes e a comunidade. São pequenos atos que trazem prestígio a pequena empresa, proporcionando maiores faturamentos e acima de tudo benefícios à comunidade carente.

O exemplo apresentado demonstra que não somente grandes corporações podem se tornar socialmente responsáveis, mas também as micro e pequenas empresas que por encontrarem mais próximas dos problemas da sociedade podem trazer melhores resultados. Evidencia-se desta maneira que a prática social das empresas adotada de forma planejada e comprometida é capaz de oferecer benefícios mútuos para as empresas e para a sociedade.

3.1.2 As Organizações não Governamentais

Nos últimos anos a sigla ONG foi muito utilizada para identificar as organizações privadas sem fins lucrativos e que visam promover o bem coletivo. Esta sigla é a mais usada no Brasil, apesar de alguns autores já utilizarem o termo vindo dos Estados Unidos nos anos 70 chamado “terceiro setor”.

No Brasil tentativas de institucionalizar o terceiro setor ocorreram desde 1916, onde foi formulada pela primeira vez uma lei para regular as entidades sem fins lucrativos. Em 23 de março de 1999 a lei 9.790 qualificou as ONGs como organizações da sociedade civil sem fins lucrativos, regidas por estatutos e cujo objeto social seja um dos seguintes, previstos no artigo 3º da lei 9.790

- a) assistência social;
- b) cultura, defesa e conservação do patrimônio histórico e artístico;
- c) educação gratuita;
- d) promoção gratuita da saúde;
- e) segurança alimentar e nutricional;
- f) defesa, preservação e conservação do meio ambiente e promoção do desenvolvimento sustentável;
- g) promoção do voluntariado;
- h) promoção do desenvolvimento econômico e social e combate à pobreza;
- i) experimentação, não lucrativa, de novos modelos sócio-produtivos e de sistemas alternativos de produção, comércio, emprego e crédito;
- j) promoção de direitos estabelecidos, construção de novos direitos e assessoria jurídica gratuita;

- k) promoção da ética, da paz, da cidadania, dos direitos humanos, da democracia;
- l) estudos e pesquisas, desenvolvimento de tecnologias alternativas, produção e divulgação de informações e conhecimentos técnicos e científicos relativos às atividades acima. (MARTINS²⁴, 2003)

Esta lei concede a certo tipo de organizações a possibilidade de obter o título de OSCIP - organizações da sociedade civil de interesse público -, título que identifica as organizações do terceiro setor a um novo estilo recentemente surgido. Contudo, o artigo 18 da lei 9790/99, obriga àquele que tenha o título de OSCIP a optar entre esse certificado e outras qualificações quando a lei completar dois anos de vigor. Segundo o artigo 18 da lei:

“As pessoas jurídicas de direito privado sem fins lucrativos, qualificadas com base em outros diplomas legais, poderão qualificar-se como organizações da sociedade civil de interesse público, desde que atendidos os requisitos para tanto exigidos, sendo-lhes assegurada a manutenção simultânea dessas qualificações, até dois anos contados da data de vigência desta Lei.” (MARTINS, 2003)

Deste modo, após os dois anos de vigor da lei 9790/99 não é mais assegurado manter a qualificação de OSCIP simultaneamente às outras qualificações existentes. Porém, esta não é a única qualificação que interessa as organizações, pois existem outros títulos e certificados no sistema legal brasileiro que foram formulados para as entidades identificadas como ONGs e suas assemelhadas, como por exemplo o título de Utilidade Pública Federal e o certificado beneficente de assistência social (CEAS) . Em anexo a este trabalho encontram-se maiores informações a respeito desta lei.

24 Paulo Haus Martins, Texto: As novidades da lei n.º 9.790/99, a lei das OSCIPS. Extraído do site: <<http://www.rits.org.br/acervo-d/As%20ONGS%20e%20a%20Educação.doc>> acesso em 24.11.2004

A diferença prática ou técnica entre sociedade civil sem fins lucrativos e associação situa-se no número de pessoas e nos interesses que nela se envolvem, pois a sociedade civil sem fins lucrativos é instituída por um pequeno número de pessoas cuja finalidade é atender à coletividade, ou a um grupo determinado da coletividade que não os próprios sócios, enquanto que a associação, é composta normalmente por um grande número de pessoas, as quais visam, na maioria dos casos, o interesse, ou os interesses daqueles que a compõem.

As organizações do terceiro setor tornam-se importantes ao desenvolvimento social, uma vez que a função principal destas organizações é complementar as iniciativas desenvolvidas pelo governo e pela iniciativa privada, considerados respectivamente primeiro e segundo setores, visando proporcionar o atendimento das demandas coletivas.

Segundo SALAMON (1998), os fatores que contribuíram para o crescimento do terceiro setor, foram: crise do bem-estar social, crise do desenvolvimento, crise ambiental global, colapso do socialismo, terceira revolução industrial (onde o avanço da tecnologia, foi o responsável pelo aumento da produtividade e conseqüentemente pela redução dos postos de trabalho), revolução das comunicações, e o crescimento econômico. A combinação destes fatores fez com que a sociedade civil se mobilizasse para atender suas demandas coletivas.

SALAMON (1998) cita que, “Mudanças históricas de longo alcance abriram o caminho para que instituições alternativas possam atender melhor as necessidades humanas. Com sua pequena escala, flexibilidade e capacidade de canalizar a participação popular, as organizações privadas e sem fins lucrativos estão melhores capacitadas para atender esse espaço”.(SALAMON, 1998, p.5)

Desta forma, o terceiro setor tem se revelado um importante agente para o processo de mudanças sociais, uma vez que o desenvolvimento social dependerá da parceria entre a sociedade civil e os demais agentes econômicos (setor público e setor privado).

Segundo pesquisa realizada pela ABONG ²⁵ - Associação Brasileira de ONGs - com a amostra de 196 ONGs associadas de um total de 248, dentre as principais áreas de atuação das ONGs a educação possui o maior percentual (52,06%). A região Sudeste possui 42,86% das sedes das ONGs. Para 32,65% das ONGs pesquisadas a fonte de recursos são de empresas, fundações ou institutos empresariais brasileiros.

Para MATARAZZO²⁶(2001), as empresas estão investindo cada vez mais o terceiro setor, e qualquer profissional pode prestar serviço sem retorno financeiro a escolas, creches, asilos e entidades de apoio, basta ter um programa que incentive e ajude os funcionários a prestar serviços voluntários a entidades sociais.

Atualmente a profissionalização é de grande importância para organizações não-governamentais, fundações, associações e outras entidades sem fins lucrativos que tem a necessidade de adquirir a confiança e o apoio de empresas, onde a capacidade de um projeto de surpreender poderá ampliar sua visão e abrir caminhos para atrair parcerias.

A partir da última década, o terceiro setor se sofisticou de tal forma que sobrou pouco espaço para iniciativas geridas em torno da boa vontade somente. Segundo KISIL²⁷(2004), “A cultura do setor mudou na década de 90 e, nesse processo, iniciativas menos profissionalizadas foram desaparecendo”.

Deste modo, os métodos de trabalho dessas organizações se tornam mais racionais na busca pela eficiência e pela captação de recursos de financiadores mais estáveis, o que acaba aumentando o tempo de vida dessas entidades sem fins lucrativos, pois as organizações que trabalham apenas com o voluntarismo possuem vida curta.

²⁵ ONGs no Brasil: perfil das associadas à ABONG. Principais resultados da pesquisa realizada entre agosto e novembro de 2001

²⁶ Claudia Matarazzo é Jornalista do Jornal Diário Popular

²⁷ Marcos Kisil, presidente do IDIS - Instituto para o Desenvolvimento do Investimento Social - e ex-diretor da Fundação Kellogg para a América Latina e o Caribe. Extraído do Jornal Folha de São Paulo [Sinapse]. 25.05.2004

Segundo FEDATO²⁸(2004), “O patrocinador quer o melhor uso para seus recursos, por isso é natural que ele queira avaliar seus resultados objetivamente”.

Na disputa cordial entre as ONGs pela busca de recursos, a eficiência se torna grande diferencial para as mesmas, forçando-as a se evoluírem cada vez mais. Ao mesmo tempo, os financiadores também contribuíram para a evolução dessas entidades, pois passaram a exigir maior transparência e eficiência de suas atividades.

3.2 BENEFÍCIOS GERADOS À EMPRESA E A SOCIEDADE

Ao longo dos últimos anos o termo responsabilidade social empresarial se incorporou na realidade das empresas e da sociedade em geral, pois assume importante fator para o desenvolvimento regional e de combate às desigualdades sociais. No entanto, surge uma questão: será se empresas e sociedade já estariam familiarizados com o significado desse termo?

ROSEMBLAUM²⁹(2000) em resposta a esta pergunta, a relata que:

“O conceito de responsabilidade social é relativamente novo, ainda não foi incorporado ao dia-a-dia da maior parte das empresas no país. Mas vários aspectos da responsabilidade social corporativa — uma conduta que vai da ética nos negócios às ações desenvolvidas na comunidade, passando pelo tratamento dos funcionários e relações com acionistas, fornecedores e clientes — não apenas contribuem para formar a imagem que os brasileiros têm de uma empresa, como já começam a influenciar suas decisões de compra”.

Entretanto, atualmente a Responsabilidade Social das empresas possui maior difusão, colocando-se como opção estratégica para atrair e fidelizar clientes, que são cada vez mais disputados no mercado em razão da grande concorrência que surge a cada ano.

²⁸ Cristina Fedato, coordenadora pedagógica do MBA em gestão e empreendedorismo social da FIA - Fundação Instituto de Administração - Extraído do Jornal Folha de São Paulo [Sinapse] 25.05.2004.

²⁹ Jornalista Célia Rosemblum. Jornal Valor Econômico, edição especial, Empresa & Comunidade, 13/6/2000.

Deste modo a relação de empresas privadas com a questão social se tornou mais profissional, atraindo a atenção de meios de comunicação que constantemente publicam periódicos, artigos e manuais sobre o assunto.

O Instituto Ethos e o jornal Valor Econômico³⁰ em pesquisa promovida junto aos consumidores brasileiros, revelou que 22% prestigiariam as empresas pelo seu comportamento social. Entre as atividades que estimulam os consumidores a adquirir produtos ou recomenda-los a amigos está a educação (28%) por meio da oferta de cursos de alfabetização para os funcionários da empresa e seus familiares.

Nem somente preocupações humanitárias levam os empresários a investirem na área social, mas também existe a questão do retorno financeiro que pode ser proporcionado pela melhoria da relação com seus parceiros e a boa imagem perante seus consumidores, que cada vez mais se interessam por empresas responsáveis socialmente.

Embora as empresa não divulguem o retorno embutido nessas ações sociais, os empresários sabem que o resultado é positivo, apesar da difícil quantificação dos benefícios das ações sociais à empresa. Porém, existem empresas que entendem que a divulgação das ações sociais é importante para a mobilização de outras empresas e também para melhorar a imagem diante de seus clientes e fornecedores.

Para GIOSA (2004), “As empresas, focadas na ética e na cidadania, vislumbram, nestas ações, um novo passo de consolidação de sua imagem institucional da qualificação do seu produto/serviço junto ao seu público-alvo (...) Assistimos hoje, no Brasil, a um verdadeiro ‘mutirão social’, transformando, incentivando e inserindo pessoas sensíveis em todos os cantos do País” (GIOSA³¹; 2004).

³⁰ Responsabilidade social das empresas – Percepção do consumidor, São Paulo: Ethos/Valor Econômico; 2001.

³¹ Livio Giosa, diretor do IRES (Instituto ADVB de Responsabilidade Social), em artigo extraído do site: < <http://www.catho.com.br/estilorh/impressao.phtml?secao=185&imp=1> > acesso em 14.08.2004.

Contudo, uma ação social efetiva não deve pretender apenas incrementar a imagem da empresa, mas redefinir os paradigmas de desenvolvimento socioeconômico das regiões e do país como um todo, implementando um novo pacto social que requer a co-participação do Estado, das empresas e da sociedade civil em prol da expansão do maior bem-estar.

Segundo o IPEA, 35% das empresas que promovem ações sociais associam a marca de seus produtos ou serviços às ações sociais que realizam, e 65% não associam. Percebe-se, então que praticamente 2/3 das empresas não ligam suas ações sociais a marca de seus produtos ou serviços, ou seja, o trabalho comercial não deve ser atrelado ao trabalho social.

O novo posicionamento dos empresários em relação à exclusão social tem sua origem não somente da melhoria da qualidade nos produtos e no atendimento, “fazer o bem feito”, mas também no sentimento do compromisso com o social. Ao realizarem ações sociais que visam reduzir desigualdade e exclusão social, as empresas privadas se definem como importantes agentes de promoção do desenvolvimento social das regiões.

Ações que visam aumentar o nível escolar da população de baixa renda contribuem para o crescimento da economia, pois conforme já mostrado no capítulo anterior, o aumento da escolaridade implicará na elevação da renda, que por sua vez influenciará no aumento da propensão marginal a consumir³² e conseqüentemente no aumento no consumo das famílias de baixa renda que por possuírem demanda reprimida, qualquer acréscimo na suas rendas implicaram num aumento do consumo.

A nível macroeconômico, o aumento da demanda gera por efeito multiplicador o aumento da produção e da renda, que por sua vez faz com que o consumo aumente ainda mais, elevando novamente a produção e a renda. Assim, o acréscimo na renda foi capaz de influenciar o aumento da produtividade, que por sua

³² Relação entre um acréscimo no consumo desejado em decorrência de um acréscimo na renda.

vez gera renda e emprego, contribuindo para o desenvolvimento socioeconômico regional e nacional. Cabendo ressaltar que além dos fatores citados, é preciso que o Estado de proporcione aos setores a infra-estrutura necessária para que a economia se desenvolva de forma mais sustentável.

4 CONCLUSÃO

Ao longo das últimas décadas observou-se a existência da redução da capacidade do Estado em financiar investimentos de cunho social. O Estado endividado, com elevada dependência do capital externo, freqüentemente promove cortes em gastos que seriam destinados ao benefício público.

Assim sendo, cresce a cada dia o interesse de empresas privadas em atuar no campo social, pois observam que tais ações além de auxiliarem na redução das mazelas sociais, trazem consigo a oportunidade de obtenção de maior prestígio, de modo a serem também beneficiadas. Outras assumem seu papel de co-responsáveis pelo auxílio ao processo de crescimento e desenvolvimento de suas regiões, sem revelar-se à sociedade, preferindo o anonimato, ou seja, a ação por ela mesma, desprovida de pretensões lucrativas.

Estas ações atingem além de grandes corporações, as pequenas e médias empresas que também podem se tornar socialmente responsáveis. Vale ressaltar que não é intenção das empresas privadas substituir o papel do Estado no atendimento social, e nem sequer assumir a responsabilidade pela prestação de serviços sociais básicos à sociedade, mas sim, atuar sob valores de solidariedade humana.

Desta maneira, o bem-estar e o progresso social mostram-se dependentes da participação e do sentimento de co-responsabilidade de todos os setores da sociedade: o Estado – primeiro setor, o Mercado – segundo setor, e as ONGs – terceiro setor; os quais, através de parcerias ou iniciativas próprias podem vir a proporcionar a justa equidade social.

Os benefícios gerados por tais ações são mútuos: nas empresas possibilita-se obter a melhoria no ambiente interno, que por sua vez resulta numa maior eficiência produtiva, além do prestígio perante os consumidores; e na sociedade, gera-se

oportunidade para estreitar os desníveis sociais por meio da inclusão social.

A ampliação nos níveis de ensino se revela de grande importância para a redução da desigualdade de renda, pois têm-se que quanto maior o grau de escolaridade do indivíduo, maior será a remuneração recebida, conseqüentemente, seu poder de compra será ampliado, e sendo este movimento estendido, têm-se o aquecimento do sistema econômico.

Para que se consiga atingir níveis favoráveis de distribuição de renda é necessário criar renda interna, impulsionar o sistema, a fim de promover e estimular o crescimento. Deste modo, coloca-se o aumento do nível de escolaridade e da capacitação profissional como formas capazes de propiciar aos indivíduos mais carentes o aumento de renda, que por sua vez aumenta a demanda por bens e serviços, elevando o consumo e estimulando o investimento e o crescimento econômico interno.

Entende-se que as organizações sem fins lucrativos, diga-se ONGs; e as organizações com fins lucrativos, diga-se Mercado; tem em grande medida auxiliado o suprimento de carências sociais, mas, o apoio e o incentivo do Estado a tais ações, em muito pode contribuir, pois o desenvolvimento econômico e social depende ainda, do cumprimento de suas funções básicas.

Louva-se a iniciativa privada de cidadãos da sociedade civil, entes privados, porém públicos, que desprovidos de interesses maiores, dedicam-se à causa humana, àqueles que voluntariamente assumem o compromisso da responsabilidade conjunta.

5 BIBLIOGRAFIA

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ORGANIZAÇÕES NÃO GOVERNAMENTAIS (ABONG). Disponível em: < <http://www.abong.org.br>> Acesso em: 15.08.2004

BENEVIDES, Diva Pinho. *Desenvolvimento e Subdesenvolvimento Econômico – Noções fundamentais*; São Paulo: FFCL/USP, 1963

BLANCHARD, Oliver. *Macroeconomia: teoria e política econômica*; (tradução 2ª ed. original); Rio de Janeiro: Campus, 2001.

BOLETIM DA PESQUISA AÇÃO SOCIAL DAS EMPRESAS/IPEA – SBS, Ed. BNDES, março 2000.

CASTRO, Claudio de Moura. *Desenvolvimento econômico, educação e educabilidade*. 2ª ed.; Rio de Janeiro: Tempo brasileiro; FENAME, 1976.

CEPAL. UNESCO. Educação e conhecimento: Eixo da transformação produtiva com equidade. Brasília: IPEA/CEPAL/INEP, 1995

COELHO, Simone de Castro Tavares. *Terceiro setor. Um estudo comparado entre Brasil e Estados Unidos*. São Paulo: Ed. SENAC SÃO PAULO, 2000.

DOWBOR, Ladislau. *Aspectos econômicos da educação*. São Paulo: Ática, 1986.

FEDERAÇÃO DAS INDUSTRIAS DO ESTADO DE SÃO PAULO(FIESP), CENTRO DAS INDUSTRIAS DO ESTADO DE SÃO PAULO (CIESP). Cadernos econômicos nº 21. *Aspectos da distribuição de renda no Brasil*. São Paulo: Edição FIESP-CIESP.

FEDERAÇÃO DAS INDUSTRIAS DO ESTADO DE SÃO PAULO. Responsabilidade Social. Disponível em: <<http://www.fiesp.com.br/pesquisarse/>> acesso em 27.06.2004.

FOLHA DE SÃO PAULO – SINAPSE. *Usinas de idéias*. nº 23. 25 maio 2004. 30 p.

GALVÃO, Jesus Belo; *Programação do ensino e desenvolvimento econômico*. Rio de Janeiro: Ed. Bloch, 1968.

GRUPO DE INSTITUTO FUNDAÇÕES E EMPRESAS (GIFE). Disponível em:< <http://www.gife.org.br>> Acesso em: 11.09.2004.

HENRIQUES, Ricardo, organizado por; *Desigualdade e pobreza no Brasil*. Rio de Janeiro: IPEA, 2000.

HUNT, E. K.; SHERMAN, H. J., História do Pensamento Econômico. 17ª ed. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 1999.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA(IBGE). Disponível em:< <http://www.ibge.gov.br>> acesso em 01.10.2004.

INSTITUTO ETHOS DE RESPONSABILIDADE SOCIAL. *O que as empresas podem fazer pela educação*. São Paulo: CENPEC, 1999.

INSTITUTO ETHOS DE RESPONSABILIDADE SOCIAL. Publicações. Disponível em: <http://www.ethos.org.br/docs/conceitos_praticas/publicacoes/index.shtml> acesso em 27.06.2004.

LANGONI, Carlos Geraldo. *Distribuição de renda e desenvolvimento econômico do Brasil*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Expressão e Cultura, 1978.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria; *Técnicas de Pesquisa: Planejamento e execução de pesquisas*. 2ª ed.; São Paulo: Atlas, 1990.

OSER, Jacob; *Historia do pensamento econômico*. São Paulo: Atlas, 1983.

PELIANO, Ana Maria T. Medeiros. *Bondade ou interesse? Como e por que as empresas atuam na área social*. Brasília: IPEA, 2001.

PINTO, Antonio Luiz de Toledo; WINDT, Mareia Cristina Vaz dos Santos. *Constituição de 1988*. 30ª ed. São Paulo: Saraiva, 2002

POCHMANN, Mareio . *Desenvolvimento, trabalho e solidariedade: novos caminhos para a inclusão social*. 1ª ed. São Paulo: Cortez, 2002.

_____. *Outra cidade é possível: alternativas de inclusão social em São Paulo*. SP: Cortez, 2003.

POLESE, M.; *Economia regional e urbana: Lógica espacial das transformações econômicas*. Coimbra: IERU, 1998.

REVISTA DA FAE, Curitiba, v.2, n.3, set./dez., 1999, p.65-69

REVISTA EXAME. *Guia de boa cidadania corporativa 2002*. São Paulo: Abril. ed. 781. p. 06-26, 105-130. Edição Especial.

_____. *Guia de boa cidadania corporativa 2003*. São Paulo: Abril. p. 08-26, 64-96. Edição Especial.

RIBEIRO, Darcy. *Nossa escola é uma calamidade*. Rio de Janeiro: Salamandra, 1984.

SALAMA, Pierre. *Pobrezas e desigualdades no terceiro mundo*. São Paulo: Editora Nobel, 1997.

SANDRONI, Paulo. *Novo dicionário de economia*. 8ª ed. São Paulo: Ed. BEST SELLER, 1994.

SEN, Amartya. *Desenvolvimento como liberdade*. São Paulo: Cia das letras, 2000.

TELLES, V. *Pobreza e cidadania*. São Paulo: Editora 34, 2001.

TODARO, M. P. *Introdução á economia: uma visão para o terceiro mundo*. Ed. Campus, 1979.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ. Sistema de bibliotecas; *Normas para apresentação de documentos científicos*. Curitiba: Ed. UFPR, 2000.

VILLELA, Milú (Coord.). *Sonhando juntos. Coletanea de textos*. São Paulo: Ed. Makron Books, 2001

ANEXOS

**ANEXO 1: COMO EMPRESAS PODEM IMPLANTAR AÇÕES SOCIAIS
NO CAMPO DA EDUCAÇÃO**

ANEXO 2: O PRAZO DE DOIS ANOS DA LEI DAS OSCIPS

ANEXO 1

COMO EMPRESAS PODEM IMPLANTAR AÇÕES SOCIAIS NO CAMPO DA EDUCAÇÃO

As empresas interessadas em implantar políticas socialmente responsáveis no campo educacional podem adotar ações: de combate ao analfabetismo; de estímulo à matrícula dos filhos dos funcionários; de estímulo à participação dos funcionários na escola dos filhos; para a formação profissional; para atividades culturais e esportivas entre outras.

O Combate ao analfabetismo:

A globalização trouxe consigo o avanço da tecnologia e o acirramento da competição industrial, o que acaba marginalizando ainda mais o contingente de pessoas analfabetas em idade de trabalho, minimizando suas possibilidades de manter ou alcançar condições mínimas para uma vida digna.

Frente a essa situação, as empresas podem contribuir para a elevação do nível educacional de seus empregados, gerando benefícios à todas as partes envolvidas, pois a empresa passará a contar com um quadro de pessoal mais qualificado, e os empregados estarão mais preparados para enfrentar o novo contexto da sociedade.

O artigo do instituto ETHOS de empresas e responsabilidade social: “O que as empresas podem fazer pela educação”, indica que o analfabetismo dentro da empresa pode ser combatido por meio dos seguintes procedimentos:

- a) Encomendar ao setor de recursos humanos um levantamento da situação escolar de todos os seus funcionários;

- b) Verificar quantos precisam cursar o ciclo inicial ou as primeiras séries do ensino fundamental e conversando com cada um deles, a fim de perceber suas expectativas com relação à volta aos estudos;
- c) Propor um plano com metas para erradicar o analfabetismo na empresa, estipulando um prazo para sua concretização. Uma das opções é verificar junto às escolas próximas à empresa a possibilidade de atendimento aos seus empregados;
- d) É fundamental envolver todos os funcionários nessa causa, para que os já escolarizados incentivem seus colegas a participar dos programas de alfabetização, evitando que estes se sintam constrangidos por “saber menos”.

Estímulo à matrícula dos filhos dos funcionários, estímulo à participação dos funcionários na escola dos filhos:

As empresas podem contribuir, incentivando seus funcionários a acompanhar a vida escolar de seus filhos, verificando com os funcionários se seus filhos estão frequentando a escola e se estão encontrando dificuldades. A empresa pode doar material didático e uniforme para os filhos dos funcionários que comprovarem a matrícula. Além de criar condições para que os pais ou as mães compareçam às reuniões convocadas pela escola ou pela Associação de Pais e Mestres (APM), caso aconteçam em horário comercial. A empresa também pode convidar um diretor ou uma diretora de escolas vizinhas para falar sobre a necessidade da participação dos pais na vida e na gestão escolar.

Assim problemas como o da violência, por exemplo, poderão ser minimizados pelo maior envolvimento dos pais e mães e da comunidade de modo geral nos assuntos escolares. Conversando em um espaço diferente da escola, o diálogo pode ser ampliado, fugindo às costumeiras queixas de ambas as partes.

Profissionalização de jovens

O enriquecimento da parceria empresa-escola será proporcionado se a empresa oferecer:

- a) Cursos de computação para os alunos e orientar a escola no uso da informática pedagogicamente;
- b) Cursos adicionais de línguas estrangeiras e de extensão cultural como história do cinema, arte, fotografia;
- c) A realização de oficinas profissionalizantes que ensinem ocupações práticas como habilidades básicas de informática, mecânica, eletricidade, salas de costura/confecção etc.;
- d) Ajudar jovens a escolher profissões, criando um programa para que eles visitem diferentes tipos de empresa: fábricas, gráficas, cooperativas, agências de comunicação, escritórios etc.;
- e) Oferecer oportunidades de estágio supervisionado para jovens, e
- f) Pôr em prática outras idéias da equipe de sua empresa ou da escola.

Esporte

Nesta área as empresas podem contribuir implementando as mais variadas ações na escola, tais como:

- a) estabelecer um convênio e oferecer o espaço da empresa para que a(s) escola(s) realize(m) atividades esportivas e de recreação;
- b) fornecer recursos para compra, reforma e manutenção de equipamentos esportivos;
- c) promover cursos de formação e atualização de professores de educação física;
- d) ajudar a escola a organizar jogos, campeonatos, gincanas e outras atividades ligadas ao esporte;

- e) apoiar a escola para transporte, alimentação, documentação, divulgação e organização de eventos esportivos;
- f) incentivar momentos conjuntos de apreciação e reflexão crítica sobre a prática esportiva;
- g) promover parcerias com clubes e outras instituições afins ou da comunidade, para que a escola possa utilizar esses espaços em horas ociosas, com transporte oferecido pela empresa;
- h) formar turmas de treinamento patrocinadas pela empresa;
- i) e outras ações.

Estímulo à leitura

A grande maioria da população não possui o hábito de leitura em virtude de problemas econômicos, sociais, e por motivos variados, assim a maioria das pessoas tem contato com a leitura apenas na escola.

Vários estudos indicam que dentre os fatores que favorecem o hábito de leitura, estão, em primeiro lugar: (a) ter nascido em uma família de leitores; (b) ter passado a juventude em um sistema escolar preocupado com o estabelecimento do hábito de leitura.

Neste contexto, o empresariado pode ter um importante foco de atuação estimulando o hábito da leitura na escola através de ações que visam:

- a) oferecer exames para detectar problemas de visão;
- b) construir, equipar e manter uma biblioteca e videoteca;
- c) compra de livros, fitas de vídeo, revistas e outros materiais para o acervo da biblioteca, seguindo critérios estabelecidos pelos professores elevando em conta o interesse dos leitores, a variedade de assuntos e gêneros e a qualidade das obras;

- d) formar, dentro da empresa, grupos de funcionários para estimular nas crianças e jovens o hábito da leitura. eles podem ler e contar histórias de modo vivo e interessante, fazendo perguntas que ajudem na compreensão do texto. esses grupos podem fazer “propaganda” de alguns livros do acervo para despertar o interesse por eles; oferecer alguns recursos como almofadas, tapetes e sofás para tornar o espaço de leitura confortável e de agradável permanência aos alunos;
- e) organizar mostras com produções culturais da comunidade, como fotos, fitas gravadas, vídeos, filmes, revistas, artigos, cartas, quadros etc.;
- f) organizar clubes de leitura; incentivar parceria com bibliotecas públicas ou outras organizações que disponham de biblioteca, para que estas programem atividades relacionadas a temas tratados na escola;
- g) organizar encontros na escola com autores de livros já lidos e apreciados pelos alunos;
- h) promover campanha para que os funcionários da empresa doem livros à escola; e
- i) pôr em prática outras idéias da equipe de sua empresa ou da escola.

Estes foram alguns dos exemplos que empresas podem utilizar para se tornarem socialmente responsáveis em educação. Contudo, é necessário lembrar que as empresas não serão soluções para os problemas e dilemas da educação pública, mas agentes que podem somar esforços com outros, oferecendo experiências e competências distintas a fim de trilhar caminhos para melhoria do ensino e do aprendizado da população.

Nesse sentido é de grande valor que a instituição disposta a ajudar o ensino público inicie um diálogo com a mesma, a fim de decidir em conjunto o tipo de parceria que vão estabelecer, pois estratégias isoladas são mais caras e menos eficazes.

ANEXO 2

O PRAZO DE DOIS ANOS DA LEI DAS OSCIPS

Artigo de Paulo Haus Martins, extraído do site:
<http://www.rits.org.br/legislacao_teste/lg_testes/lg_tmtes_jan2001.cfm> acesso em 24.11.2005.

O artigo 18 da lei 9790/99 estabelece um prazo de dois anos de convivência entre títulos e certificados de leis diversas. Sua redação, como a redação de outros pontos da lei motivaram grandes dúvidas e debates. Para muita gente trata-se de um prazo fatal, data na qual todos devem optar se vão ser OSCIPs ou não. Muita, muita incompreensão insubsistente e dúvidas têm surgido sobre esse tema. Espero que esse texto possa esclarecer sobre o assunto.

O QUE DIZ O ARTIGO 18 DA LEI 9790/99

A lei 9790/99 concede a certo tipo de organizações a possibilidade de obter o título de OSCIP, título pelo qual o poder público reconhece que uma ONG é de interesse público. Esse título diz respeito às organizações do terceiro setor e é associado à identificação das entidades de estilo novo, de um terceiro setor vigoroso que surgiu recentemente. Contudo, não é único título que interessa a essas organizações. Existem outros títulos e certificados no sistema legal brasileiro que foram formulados para as entidades identificadas como ONGs e suas assemelhadas, como o título de Utilidade Pública Federal, por exemplo.

Esses títulos ou certificados geralmente tem duas funções: a) demonstrar o reconhecimento do poder público quanto a certo tipo de entidade; b) conceder benefícios especiais a quem os possuir. Assim, em uma primeira análise, obter mais do que um título é obter maior reconhecimento e maiores (e distintos) benefícios.

O artigo 18 da lei 9790/99, contudo, obriga àquele que tenha o título de OSCIP a optar entre esse certificado e outras qualificações quando a lei completar dois

anos de vigor. Veja o que diz a lei:

Art. 18. As pessoas jurídicas de direito privado sem fins lucrativos, qualificadas com base em outros diplomas legais, poderão qualificar-se como Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público, desde que atendidos os requisitos para tanto exigidos, sendo-lhes assegurada a manutenção simultânea dessas qualificações, até dois anos contados da data de vigência desta Lei.

Depois de dois anos de vigor da lei 9790/99 não será mais assegurado manter a qualificação de OSCIP simultaneamente às outras qualificações existentes.

QUAIS SÃO OS TÍTULOS CITADOS

Que fique claro: em meu ponto de vista, quando a lei fala de qualificações está falando de títulos, certificados. No mesmo artigo em que se diz sobre as qualificações, a lei identifica o título de OSCIP como uma qualificação, dando o exato parâmetro de sua abrangência. Pensar de outra maneira seria admitir interpretações extensivas à norma que prevê restrições de direito, contrariando um princípio básico do direito de nosso país, ao mesmo tempo em que se correria o risco de tornar a lei uma roleta russa sem fim - na qual poderíamos imaginar que a entidade veria sua qualificação de finalidade-não-lucrativa para efeitos de imposto de renda ser colocada em jogo.

Os títulos existentes atualmente são os de Utilidade Pública Federal, Utilidade Pública Estadual, Utilidade Pública Municipal, Certificado de Entidade de Fins Filantrópicos e qualificação como Organização Social.

Organizações Sociais não podem ser OSCIPs, segundo os termos do artigo 2º, inciso IX, da lei 9790/99. Assim, esse título não está sequer em jogo porque é o único que não pode conviver com o título de OSCIP.

O título de Utilidade Pública foi criado em 1935 (lei 91/35), como um certificado a ser concedido pelo governo federal. Na mesma lei que o criou foi também estipulado que (a) um título similar poderia ser concedido por estados e

municípios e (b) desse título não poderia decorrer qualquer benefício legal. Os títulos de utilidade pública municipal e estadual costumam ser concedidos pelo chefe do executivo ou por ato do poder legislativo e os benefícios legais que não poderiam existir, na verdade existem.

A legislação do imposto de renda em vigor possibilita o desconto no imposto de renda das doações de pessoas jurídicas a entidades que possuam o título de utilidade pública federal. Pode parecer pouco, mas não é. Na verdade é o único incentivo a doações diretas que as entidades do terceiro setor possuem para captação de recursos (veja nosso texto do tema do mês de julho de 1999 sobre incentivos fiscais para doações).

O Certificado de Entidade de Fins Filantrópicos é concedido pelo CNAS (artigo 18 da lei 8742/93), sigla de Conselho Nacional de Assistência Social. Seu principal mote é o reconhecimento do poder público de que a entidade que o possui é uma daquelas previstas nos artigos 150 e 195 da Constituição Federal.

Quem está enquadrado nos artigos 150 e 195 da Constituição Federal é imune a impostos sobre a renda, patrimônio e serviços, além de não recolher qualquer das contribuições do sistema de seguridade social. Isso significa dizer que a entidade não deve Imposto de Renda, ISS, IPTU, IPVA, ITBI etc, além de não precisar pagar Cofins, CSLL, INSS patronal, PIS ou sistema S (Sesi, Senac, Senai, Sesc e Sebrae)

Naturalmente, o governo federal somente reconhece como imunes às contribuições previdenciárias as entidades que tenham esse título e, em contrapartida, é forte a tese de que não é necessário esse certificado para que a entidade seja enquadrada nos termos dos artigos citados da Constituição Federal.

Todavia, muito poucas entidades possuem os títulos citados e, pelas exigências para sua concessão, a imensa maioria dos componentes do terceiro setor jamais terá fôlego para consegui-los. As reclamações quanto à concessão desses títulos é antiga e o título de OSCIP, por sua forma de concessão é inegavelmente bem mais acessível.

O QUE DEVE ACONTECER EM 23 DE MARÇO DE 2001

Em 23 de março de 2001, se nada for alterado na lei até lá, a entidade que tiver o título de OSCIP e algum dos títulos citados acima deverá optar pelo de OSCIP ou pelos outros. A partir dessa data os títulos passarão a ser incompatíveis.

Quem define o mecanismo pelo qual esse procedimento vai se dar são os parágrafos do artigo 18 da lei 9790/99, confira:

§ 1º Findo o prazo de dois anos, a pessoa jurídica interessada em manter a qualificação prevista nesta Lei deverá por ela optar, fato que implicará a renúncia automática de suas qualificações anteriores.

§ 2º Caso não seja feita a opção prevista no parágrafo anterior, a pessoa jurídica perderá automaticamente a qualificação obtida nos termos desta Lei.

Assim, quem optar perderá automaticamente as qualificações anteriores. Quem tiver outros títulos e não o fizer perderá a qualificação de OSCIP. Quem não tiver outros títulos, em meu ponto de vista, não precisará fazer nada, mas convém que se manifeste no sentido de manter o título de OSCIP, se assim desejar, evitando confrontar-se com interpretações divergentes.

A FALSA ESCOLHA

A determinação do artigo 18 da lei 9790/99 tem um evidente caráter de decisão política. Não me cabe aqui julgar se os motivos dessa decisão foram certos ou errados, cada um que tire a sua própria conclusão sobre o tema. O mecanismo pelo qual essa lei foi elaborada, com intensas discussões e rodadas de interlocução com a sociedade civil organizada deve, no mínimo, obrigar a quem a interpreta a reconhecer a qualificação e boa fé de quem participou de sua elaboração. Contudo, o que é uma opção clara para uns, não é para outros.

A tese da lei é que ela não veio para acabar com as leis anteriores, mas para acrescentar ao sistema legal brasileiro o reconhecimento das entidades de estilo novo que compõem o mundo das ONGs. O título serviria para, concomitantemente, identificar e distinguir as organizações que podem ou não obtê-lo. Não é, portanto, em tese, uma escolha de títulos, mas de identidades, de distinções.

O que não muito faz sentido para mim é que seja possível conviver durante dois anos com os outros títulos e, depois, não seja mais. Por outro lado, a norma do artigo 18 induz à crença de um período transitório que pode não ter nunca existido. Logo, não seria uma data de escolha, mas o fim de um período de tolerância. Então, resta perguntar, porque dois anos?, porque não quatro ou seis?

OS INFUNDADOS MEDOS

Vários medos e dúvidas estão vindo à tona com a proximidade do prazo do artigo 18. Para que fique bem claro:

- a) o prazo de dois anos não é para virar OSCIP. O título poderá ser obtido após 23 de março de 2001;
- b) quem for utilidade pública ou filantrópica poderá optar posteriormente por virar uma OSCIP, embora tenha de abrir mão dos outros títulos automaticamente ao fazê-lo;
- c) quem for OSCIP pode optar posteriormente por ser utilidade pública ou filantrópica, bastando, quando conseguí-los, abrir mão do título de OSCIP;
- d) ninguém está obrigado a optar pelo título de OSCIP;
- e) quem optar pelo título de OSCIP hoje poderá deixar de tê-lo no futuro e voltar a optar pelos outros títulos que eventualmente possuía;

- f) quem nunca obteve os outros títulos não os conseguirá pelo fato de não optar em ser OSCIP (e vice versa).

Grande parte das organizações do terceiro setor ainda não optou pelo título de OSCIP porque tem dúvidas dessa natureza. Parte expressiva acredita que em março de 2001 deverá optar por ser OSCIP e, outra, que somente a partir dessa data poderá fazê-lo.

CONCLUSÃO

O título de OSCIP não concede os benefícios do título de utilidade pública ou a certeza (e segurança) dos benefícios do certificado de fins filantrópicos. Estar enquadrado na lei 9790/99 concede outros benefícios (veja o texto do tema do mês de maio de 2000 –Quais as vantagens da qualificação como OSCIP?), embora o principal deles, o termo de parceria, ainda não tenha sido colocado em prática. É contínua a luta do terceiro setor em ver estendidos a esse título os benefícios, reconhecimento e garantias dos outros dois. Quem sabe no futuro consigamos isso. Tal conquista daria imenso impulso ao número de organizações qualificadas como OSCIP. Todavia, a opção política pelo título de OSCIP ou pelos outros deveria ser melhor explicitada por quem a planejou. Grande parte das organizações do terceiro setor expressa desconhecimento dos motivos da estipulação do prazo de dois anos e essa ignorância merece boas e consistentes justificativas, em favor da defesa do marco legal do terceiro setor, da lei 9790/99 e das organizações que já possuem o título de OSCIP.

Acredito pessoalmente que o artigo 18 causa confusões e dúvidas que têm inibido grande parte do terceiro setor em optar pelo título da lei 9790/99. Melhor seria se o prazo determinado fosse prorrogado ou se o artigo 18 fosse simplesmente suprimido. Tenho uma certeza íntima de que, se isso ocorresse, grande parte das organizações do terceiro setor se sentiria livre para, finalmente, solicitar o título de OSCIP.